



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Governador Valadares – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	11
2	Metodologia	16
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	16
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	25
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	25
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Governador Valadares 27	
3.1	Caracterização Geral	27
3.2	Análise Temática	37
3.3	Diagnóstico de Comunidades Rurais próximas ao Rio Doce	99
3.4	Clipping de Notícias	105
3.5	Textos Acadêmicos	109
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	114
4.1	Turismo	114
4.2	Cultura	115
4.3	Esporte e Lazer	116
5	Avaliação de Impactos	120
5.1	Metodologia	120
5.2	Resultados	140
6	Créditos e Referências	178

Entrevistados no Município.....	178
Equipe Técnica.....	178
Referências	182

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	22
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	23
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	23
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	24
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	24
Figura 6 Mapa de localização município de Governador Valadares.....	32
Figura 7 Mapa dos bens identificados em Governador Valadares	41
Figura 8 Parque de Exposições de Governador Valadares.....	53
Figura 9 Catedral de Santo Antônio	53
Figura 10 Pico do Ibituruna.....	55
Figura 11 Cachoeira Véu da Noiva.....	56
Figura 12 Cachoeira do Porto.....	57
Figura 13 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	59
Figura 14 Teatro Atiaia	72
Figura 15 Museu da Cidade	72
Figura 16 Espaço Cultural Açucareira	74

Figura 17 Banda Lira 30 de Janeiro	75
Figura 18 Coral da Cidade.....	77
Figura 19 Lira 30 de Janeiro.....	77
Figura 20 Grupo Asa do Invento.....	78
Figura 21 Companhia Atrás do Palco	78
Figura 22 Escola de Samba Unidos do Morro, de Carapina.....	79
Figura 23 Escola de Samba Unidos da Vila	79
Figura 24 Mestre Pantera e Capoeira Raiz do Brasil	80
Figura 25 Artesã Kênia Andrade	80
Figura 26 Trio Jequitibá, bairro Santa Terezinha.....	81
Figura 27 Mapa de localização de comunidades rurais próximas ao rio Doce em Governador Valadares	100
Figura 28 Comunidade de Ilha Brava	101
Figura 29 Posto de saúde na comunidade de Ilha Brava	102
Figura 30 Capela na comunidade de Derribadinha	103
Figura 31 Imagens de Baguari	104
Figura 32 Nuvem de termos referente ao clipping de Governador Valadares	109
Figura 33 Modelo de Gráfico de Radar	125
Figura 34 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	126
Figura 35 Classificação da Significância de Impactos	127
Figura 36 Vista área do rio Doce, em Governador Valadares, após o Evento	143

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Governador Valadares.....	36
Gráfico 2 Impacto na imagem do município	142
Gráfico 3 Impacto ambiental e na paisagem	144
Gráfico 4 Impacto sobre atrativos turísticos naturais	146
Gráfico 5 Impacto econômico no setor de turismo: meios de hospedagem	148
Gráfico 6 Impacto econômico no setor de turismo: alimentos e bebidas.....	150
Gráfico 7 Impacto econômico no setor de turismo: eventos	151
Gráfico 8 Impacto econômico no setor de turismo: serviços de transporte turístico	153
Gráfico 9 Impacto econômico no setor de turismo: agência de turismo	154
Gráfico 10 Alteração do calendário cultural.....	155
Gráfico 11 Alteração de costumes locais.....	158
Gráfico 12 Impacto sobre recursos naturais e/ou equipamentos sociais destinados a práticas esportivas	160
Gráfico 13 Alteração no calendário esportivo do município.....	161
Gráfico 14 Alteração em políticas e programas públicos de incentivo ao esporte.....	163
Gráfico 15 Alteração no cotidiano comunitário relativo ao lazer	165
Gráfico 16 Impactos em comunidades: Ilha Brava	167
Gráfico 17 Impactos em comunidades: Derribadinha.....	169
Gráfico 18 Impactos em comunidades: Baguari	170

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	19
--	----

Tabela 2 Taxa de urbanização de Governador Valadares e de Minas Gerais (%).....	28
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Governador Valadares e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010).....	30
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Governador Valadares e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	33
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Governador Valadares e de Minas Gerais (2010 – 2013)..	35
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Governador Valadares e Minas Gerais (2000 e 2010)	37
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Governador Valadares	39
Tabela 8 Projetos aprovados no FEC – Governador Valadares (2008-2013)	67
Tabela 9 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a Função Cultura – Governador Valadares (2014-2015)	69
Tabela 10 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Governador Valadares (2013-2017)	70
Tabela 11 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Governador Valadares (2014-2016)	70
Tabela 12 Calendário Cultural - Governador Valadares.....	83
Tabela 13 Espaços/equipamentos esporte e lazer.....	97
Tabela 14 Clipping de notícias referente a Governador Valadares	105
Tabela 15 Síntese citações acadêmicas – Governador Valadares	110
Tabela 16 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	121
Tabela 17 Modelo planilha de identificação dos impactos ambientais	123
Tabela 18 Planilha de identificação dos impactos ambientais.....	171
Tabela 19 Listagem de participantes de reunião institucional em Governador Valadares	178
Tabela 20 Equipe técnica	178

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SAAE-GV: Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

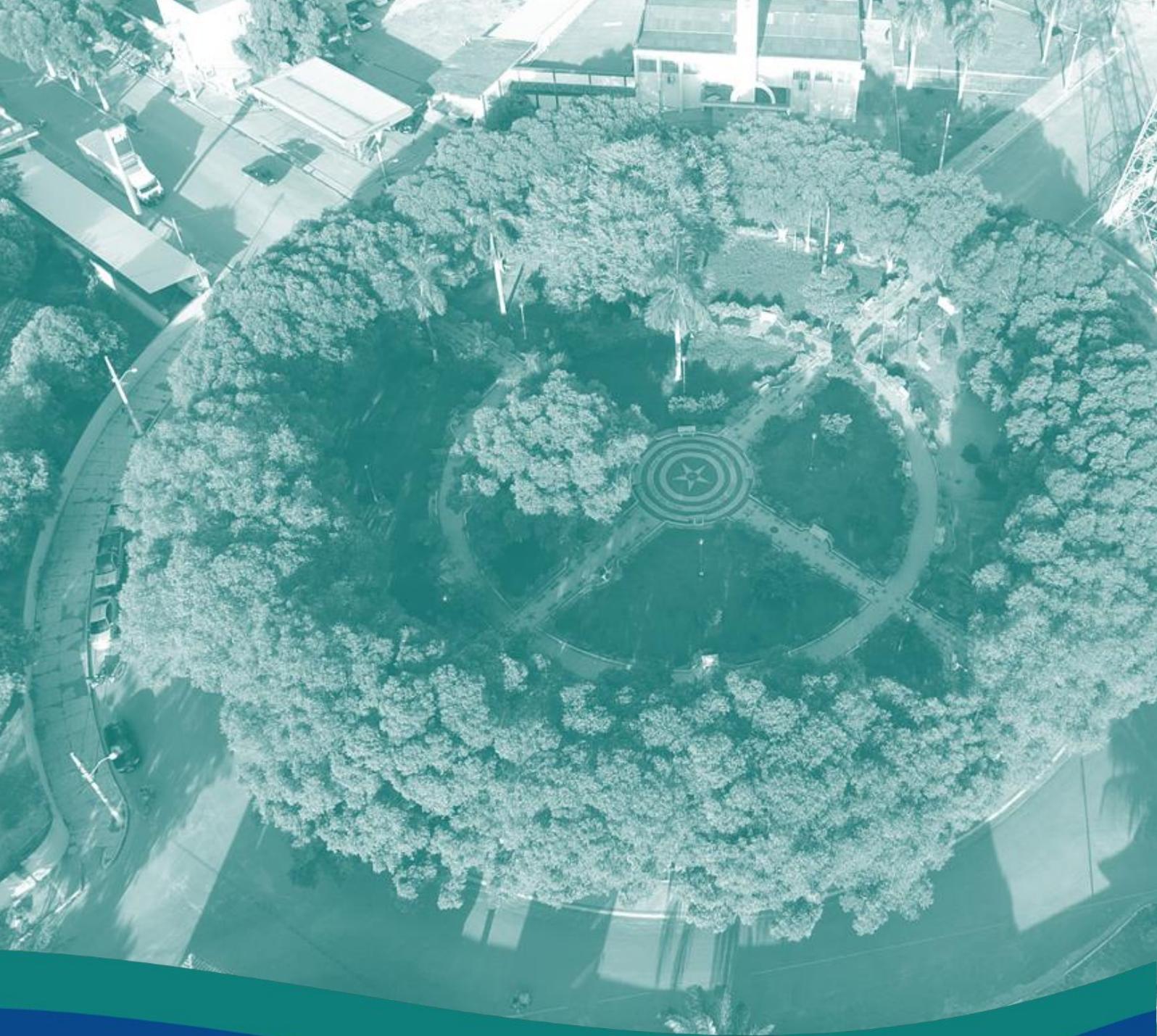
UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Governador Valadares, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

¹ Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

² Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Governador Valadares aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Governador Valadares/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Governador Valadares. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se, que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao Rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada– IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Governador Valadares

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

A região na qual encontra-se Governador Valadares foi originalmente habitada por índios da tribo dos Botocudos. Ao final do século XIX, contudo, os mesmos foram fortemente atingidos pelo processo de divisão do Vale do Rio Doce. Em 1907, a localidade, à época denominada Figueira, tornou-se entreposto de mercadorias (GOVERNADOR VALADARES, 2015).

Sua transformação em município, em 31 de dezembro de 1937, deu-se por ato do então governador de Minas Gerais, Benedito Valadares. No ano seguinte, com o Decreto-Lei nº 148, a localidade passou a denominar-se Governador Valadares (GOVERNADOR VALADARES, 2015).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

O município de Governador Valadares possui área de 2.357,07 km², fazendo parte da Mesorregião do Vale do Rio Doce e da Microrregião de Governador Valadares. Sua temperatura média é de 24,6° C (ATLAS BRASIL, 2016).

Os municípios limítrofes são: Marilac, Matias Lobato, Frei Inocência, Jampruca, Coroaci, Nova Módica, Mendes Pimentel, Alpercata, Fernandes Tourinho, Tumiritinga, Açucena, Galiléia, Divino das Laranjeiras, São Geraldo da Piedade e Sardoá. Os distritos de Governador Valadares são: Alto de Santa Helena, Baguari, Brejaubinha, Chonin, Chonin de Baixo, Derribadinha, Goiabal, Penha do Cassiano, Santo Antônio do Pontal, São José do Itapinoã, São Vitor e Vila Nova Floresta (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, estima-se que a população de Governador Valadares em 2016 era de 279.665 pessoas e sua densidade demográfica de 112,58 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Governador Valadares foi de 0,78%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município cresceu a uma taxa de 1,17%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 95,54%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 96,06%, em 2010. Valor menos elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016). Desse modo, observa-se que Governador Valadares é um município predominantemente urbano.

Tabela 2 Taxa de urbanização de Governador Valadares e de Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Governador Valadares	População urbana	93,31	95,54	96,06
	População rural	6,61	4,46	3,94
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Governador Valadares era composta por 47,49% de homens e 52,51% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o

mesmo ano foi de 49,20% e 50,80%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Governador Valadares, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 21%, em 1991, para 9,5%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (17,17%, em 1991, para 32,55%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, 4,9% da população de Governador Valadares possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Governador Valadares possuem maior escolaridade, observando-se, porém, que o percentual da população que completou mais anos de estudo é inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Governador Valadares, no ano 2000, a razão de dependência foi de 51,65%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 46,11%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 8,12% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Governador Valadares e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

		1991	2000	2010
Governador Valadares	Razão de dependência	62,79%	51,65%	46,11%
	Taxa de envelhecimento	4,24%	5,83%	8,12%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, haver diferenças pouco significativas entre os valores atribuídos a Governador Valadares e o estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso a Governador Valadares se dá pelas vias terrestre, ferroviária e aeroviária. O município conta com terminal rodoviário⁸, estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas e com o Aeroporto Coronel Altino Machado de Oliveira.

Governador Valadares é atendido pela BR-381, pela BR-259 e pela BR-116, situando-se a 318 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (105 Km) e Caratinga (138 Km). Diversas empresas de transporte rodoviário de passageiros atuam no município (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Governador Valadares conta com as empresas Claro, Oi, TIM e Vivo como operadoras de serviços de telefonia e internet móveis.

⁸ Endereço: Rua Marechal Floriano, nº 1057, Centro.

O município possui 13 rádios, entre elas a Cultura 105.9 FM, a Ibituruna 930 AM e a Mundo Melhor 97.7.

A figura a seguir aponta a localização e as principais vias de acesso ao município de Governador Valadares.

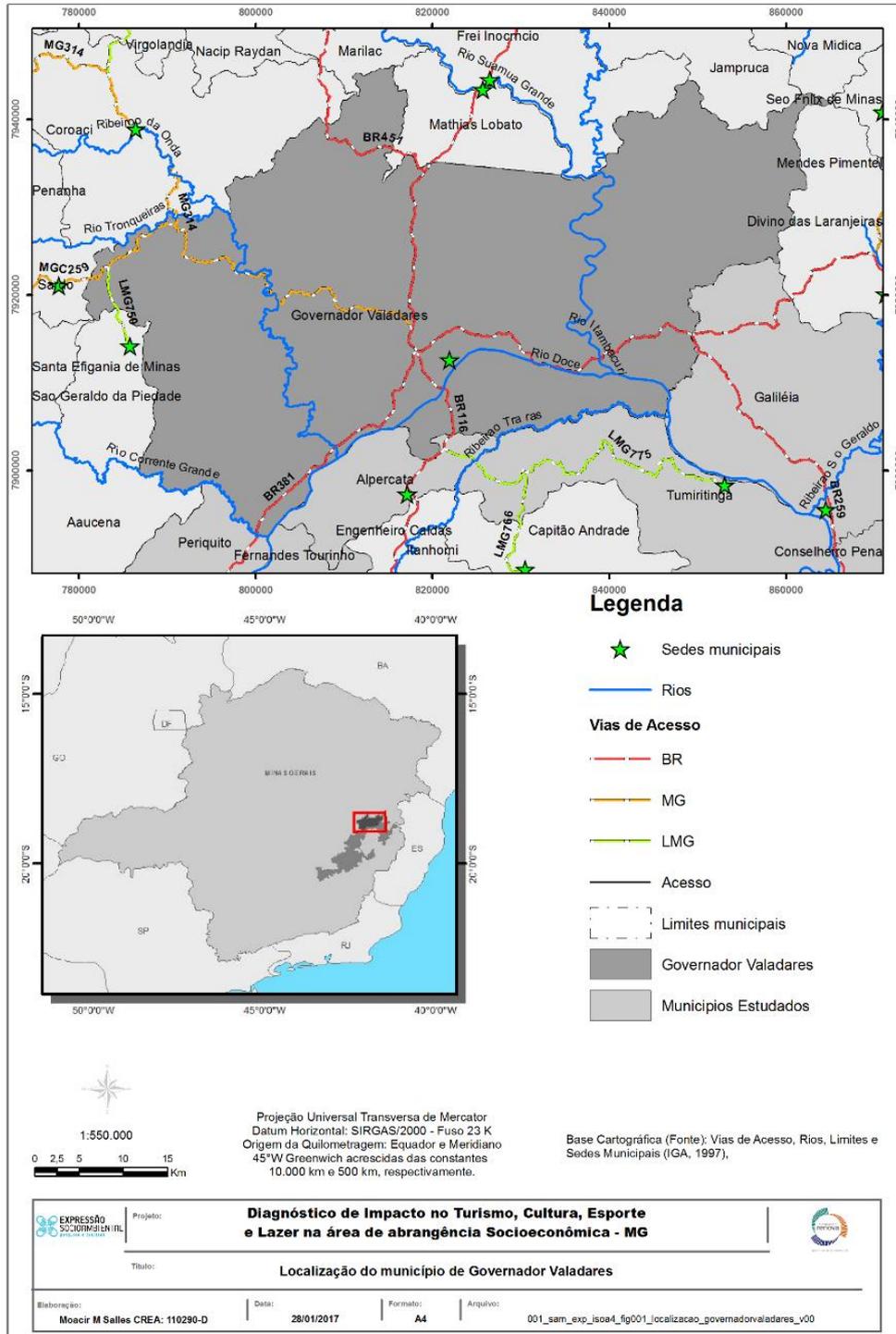


Figura 6 Mapa de localização município de Governador Valadares

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Em relação ao IDHM de Governador Valadares, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0, 219 do IDHM total, 0, 133 do IDHM longevidade, 0, 077 no IDHM renda e 0, 350 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Governador Valadares e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Governador Valadares	0,508	0,635	0,727	0,701	0,757	0,834	0,637	0,699	0,714	0,294	0,484	0,644
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,703	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Governador Valadares foi de 0,727 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar a evolução registrada nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,294 para 0,644. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo Governador Valadares alcançado 0,834 pontos em 2010, valor significativamente próximo ao de Minas Gerais.

Ademais, observa-se que, naquele ano, o IDHM de Governador Valadares manteve-se próximo ao registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Governador Valadares, é possível identificar que o PIB do município apresentou comportamento ascendente no período de 2011 a 2013, passando de 1,3%, entre 2010 e 2011, para 6,9%, entre 2012 e 2013 (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 3,86% no período 2011-2013, sendo inferior a do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Governador Valadares cresceu menos que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Governador Valadares e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Governador Valadares	4.929.552	1,3	5.099.553	3,4	5.452.392	6,9
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

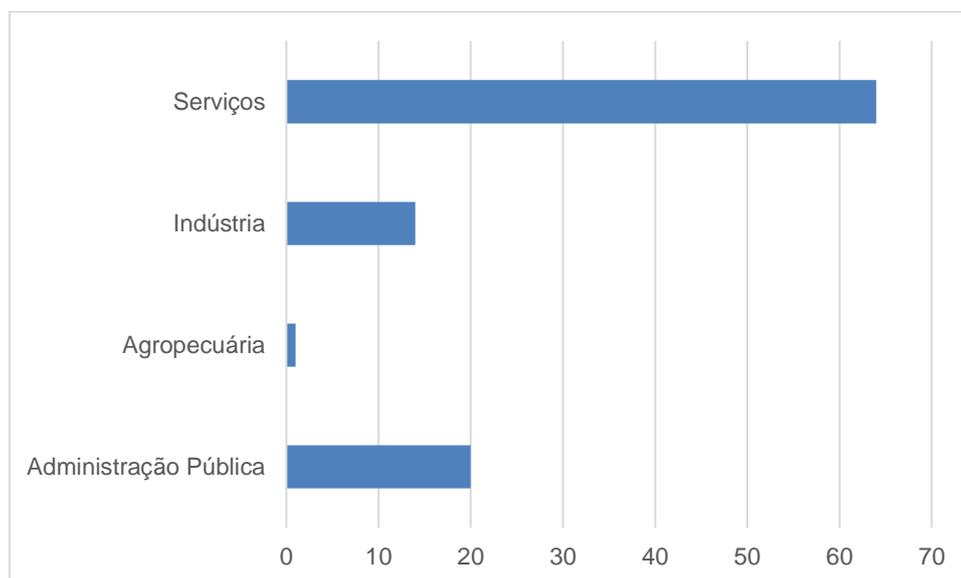
No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$ 13.130,74, em 2010, e R\$ 16.801,36, em 2013. Constata-se, porém, que, em 2013, o montante foi inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Governador Valadares encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 20% e 64%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Governador Valadares



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outra atividade que se destacam na economia local é aquela relacionada à indústria, corresponde a 14%. À agropecuária correspondente a 1%. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8% (PRÁXIS, 2016). Observa-se, portanto, que a dinâmica econômica do município é fortemente marcada pelas atividades ligadas ao setor de serviços.

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Governador Valadares possuía 96.407 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 114.436 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Governador Valadares e Minas Gerais (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Governador Valadares	96.407	114.436
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 1,09 mil empregos em 445 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, emprega 6,02 mil em 407 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 9,10 mil pessoas em 7 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Governador Valadares conta com Lei Orgânica, promulgada em 13 de dezembro de 2002, e Plano Diretor, instituído pela Lei Complementar nº 95, de 27 de dezembro de 2006.

O município possui, ainda, legislação referente ao código de obras (Lei nº 3.156/1988) e ao parcelamento do solo urbano (Lei nº 3.157/1988).

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Governador Valadares. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Governador Valadares para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Governador Valadares, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar 278 bens, serviços e atrativos no município.

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Governador Valadares

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoioturístico	214
Equipamento de hospedagem	38
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	101
Transporte	9
Locais/templos de manifestação de fé	35
Serviços e equipamentos para eventos	22
Outro serviço e equipamento turístico	3
Equipamentos Culturais	20
Meios de Comunicação	6
Equipamentos Culturais	14
Equipamentos de Esporte e Lazer	28
Equipamentos de Esporte e Lazer	28
Atrativos	9
Atrativo natural	4
Atrativo cultural	5
Diversidade Cultural	7
Grupos Culturais	7
Calendário Cultural	13
Gastronomia	0
Total	278

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características dos bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

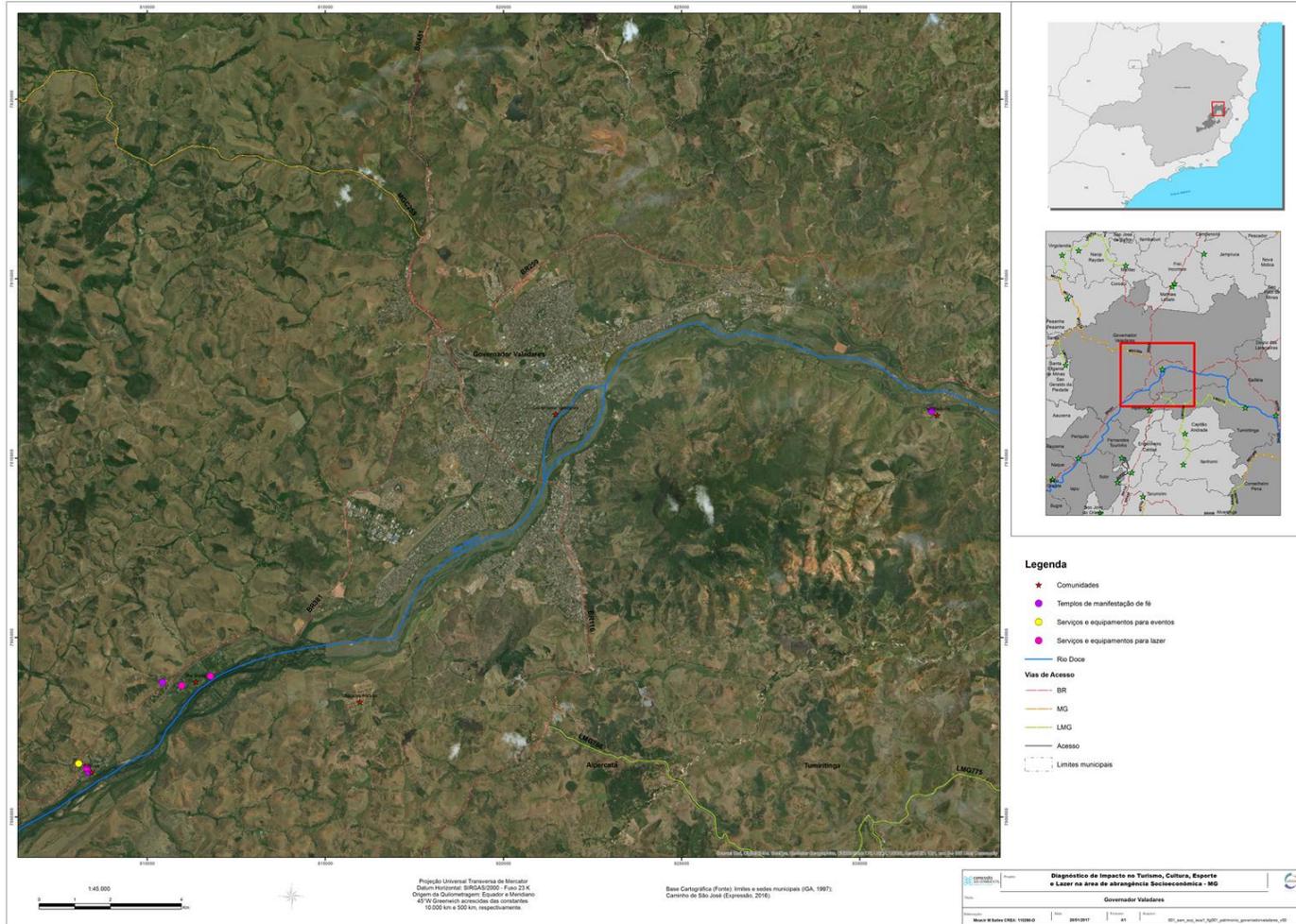


Figura 7 Mapa dos bens identificados em Governador Valadares

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais do setor turístico dispõem que os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu Sistema de turismo, dispondo de órgão específico para o setor, Conselho, Fundo e Plano de turismo, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, este último prerrogativa específica do estado de Minas Gerais. O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município¹⁰”. Este

¹⁰ O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de

indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor.

“Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Governador Valadares não havia adotado políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural”. À época, apenas 44 municípios de Minas Gerais adotou tais políticas (FJP, 2013).

A gestão da política de turismo é atribuição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Destaca-se não haver órgão específico dentro da Secretaria, a exemplo de diretoria ou gerência, que trate questões específicas para o setor. O município possui Plano Diretor de Turismo, instituído pela Lei nº 5.251 no ano de 2003, que dispõe sobre a Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. O Plano foi elaborado com participação da sociedade civil, representada pelo Conselho Municipal de Turismo.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMT possui um horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base em mudanças no cenário socioeconômico do município, de modo a definir as estratégias de atuação para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;

regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

- Promover o município como destino qualificado.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

Governador Valadares possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, principal mecanismo de participação e controle social dessa política setorial no município. O COMTUR foi instituído em 1996 pela Lei nº 4240 e sofreu alterações nos anos de 2002 – por meio da Lei nº 4.961/2002 e da Lei nº 5.073/2002 – e de 2013 – por meio da Lei nº 6.354/2013. O COMTUR encontra-se ativo, possui caráter consultivo e deliberativo, sendo composto majoritariamente por representantes da sociedade civil.

“Art. 3º. O COMTUR – Conselho Municipal de Turismo está vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Governador Valadares, órgão gestor da política de turismo do Município e será composto por 24 (vinte e quatro) representantes indicados pelas seguintes entidades:

- I. SMDE – Secretaria Municipal de Desenvolvimento;
- II. SMCEL – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
- III. SMCEL – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
- IV. SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura;
- V. Câmara Municipal de Gov. Valadares;
- VI. IBAMA e IEF;
- VII. AVVL – Associação Valadarense de Voo Livre;
- VIII. AVLI – Associação de Voo Livre do Pico da Ibituruna;
- IX. ACGV – Associação Comercial de Gov. Valadares;
- X. CDL – Clube dos Diretores Lojistas;

- XI. UNIVALE – Universidade do Vale do Rio Doce;
- XII. UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos;
- XIII. FCEMG – (SENAC e SESC);
- XIV. IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais;
- XV. SEBRAE – MG;
- XVI. FIEMG – (SENAI e SESI);
- XVII. GVRC&VB. GV e Região Conventions&Visitors Bureau
- XVIII. ASPI – Associação dos Proprietários do Pico do Ibituruna;
- XIX. ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens;
- XX. SINDHOBSCOM – Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes, Condomínios e Similares de Gov. Valadares;
- XXI. ASPARD – Associação dos Pescadores do Rio Doce;
- XXII. União Ruralista de Gov. Valadares;
- XXIII. ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra;
- XXIV. PHOTOCLUBE de Governador Valadares.”

Segundo a SETUR/MG (2014), o COMTUR é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Fundação João Pinheiro mede o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo¹¹”. “Os gastos orçamentários de Governador Valadares na Subfunção Turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009” (FJP, 2013).

O município possui Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo – FUMDETUR, instituído pela Lei nº 5.252/2003, alterada pela Lei nº 6.353/2013. Segundo o gestor municipal entrevistado, o FUMDETUR encontra-se ativo e em funcionamento. Sua gestão é realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, por intermédio do Conselho Municipal de Turismo (Artigo 3º). O FUMDETUR tem “a finalidade de captar e prover recursos para implantação de programas e a manutenção dos serviços oficiais de turismo no Município” (Artigo 1º). Seus recursos são aplicados em:

I – Fomento de atividades relacionadas ao turismo no município, visando a geração de empregos, o aumento da renda para trabalhadores e empresários;

II – Melhoria da infraestrutura turística;

III – Divulgação das potencialidades turísticas do Município através dos meios de comunicação em nível local, estadual, nacional e internacional e de seus produtos;

IV – Programas e projetos de qualificação e aprimoramento profissional dos serviços turísticos;

¹¹ O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

V – Promoção, apoio, participação e/ou realização de eventos culturais, artísticos, esportivos e sociais que atendam a demanda de recreação e lazer no município;

VI – Manutenção dos serviços de turismo no Município;

VII – Aquisição de materiais de consumo e permanentes, destinados aos projetos e programas turísticos;

VIII – Desenvolvimento e implantação de projetos turísticos no Município de Governador Valadares;

IX – Outros Programas ou atividades, integrantes ou do interesse da política municipal de turismo.”

Já suas receitas são constituídas de:

“I- Dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, facultado ao Prefeito a transferência à mesma rubrica, do montante arrecadado pela cobrança de taxas de expedição e renovação de Alvarás, IPTU, ISS de hotéis, pousadas, parques aquáticos, restaurantes, agências de viagem e similares:

II- Transferências de auxílios e subvenções de entidades, empresas e órgãos internacionais, federais, estaduais e municipais, específicos ou oriundos de convênios ou ajustes financeiros firmados pelo município, cuja aplicação seja destinada especificamente às ações de implantação de projetos turísticos e ecológicos do Município.

III- Rendimentos, acréscimos, juros e demais frutos decorrentes da aplicação de seus recursos ou do produto de operações financeiras do Fundo;

IV- Auxílio, doações e contribuições de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas;

V- Rendas públicas, produzidas pela arrecadação de taxas, cobradas pela exploração do patrimônio turístico do município e tarefas existentes ou que vierem a ser criadas atinentes ao setor turístico.

VI- Taxa de licença para localização e funcionamento de hotéis, pousadas, restaurantes, bares, casas noturnas, agências de viagens, parques aquáticos e similares.

VII- Recursos transferidos pelo Município ou entidades privadas, orçamentários ou decorrentes de créditos especiais e suplementares, que venham a ser, por Lei ou Decreto, atribuídos ao Fundo.

VIII- Dotações feitas diretamente ao Fundo e outras rendas eventuais.

IX- Outras taxas do setor turístico ou incentivos fiscais, que porventura vierem a ser criados.”

Governador Valadares dispõe de legislação sobre a implementação da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. A Lei nº 5.251/2003 estabelece “regras, instrumentos de gestão e recursos a serem definidos com os diversos setores sociais, econômicos e governamentais, no sentido de garantir o desenvolvimento turístico aliado à preservação da biodiversidade, a organização empresarial e o envolvimento da comunidade local” (Artigo 2º).

Ainda segundo a Lei, a Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PMDTS deve abranger os preceitos da atividade ambientalmente sustentável, promovendo a:

“I - Capacitação e qualificação de recursos humanos;

II - Educação ambiental e para o turismo no ensino formal e informal;

III - Conscientização e respeito da população ao turista/consumidor;

IV - Sinalização informativa, educativa e advertida;

V - Informação turística e ambiental.”

Além da legislação supracitada, Governador Valadares possui a Lei nº 4.169/1995 para o estabelecimento de incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, turísticos, ecológicos, esportivos e de lazer no município.

“Art.3º- O valor que deverá ser usado como incentivo em projetos conforme previsto nesta Lei, não poderá ser inferior a 5% (cinco por cento) e nem superior a 10% (dez por cento) da receita proveniente do IPTU, ISSQN e do IVV, e será fixado na Lei Orçamentária.

Parágrafo Único - Para o exercício de 1995, fica estipulado que o valor do incentivo corresponderá a 10% (dez por cento) do ISSQN, IPTU e do IVV.”

Por fim, observa-se que o fomento a iniciativas no setor do turismo em Governador Valadares se realiza com recursos financeiros próprios e obtidos em parceria com o governo estadual, bem como por meio de apoio não financeiro.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Governador Valadares participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

O município integra o Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce, criado em 2002 e certificado no grupo de Competitividade e Diversificação pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. O referido Circuito tem como objetivo “fortalecer o desenvolvimento do turismo nos municípios associados, buscar o comprometimento dos atores municipais através da articulação, mobilização, cooperação e integração das ações”¹². Fazem parte do Circuito os seguintes municípios: Coluna, Cuparaque, Dolores de Guanhanes, Gonzaga, Governador Valadares, Guanhanes, Jaraguacu, José Raydan, Marilac, Nova Belém, Paulistas, Peçanha, Resplendor, São José da Safira, São José do Divino, São Félix de Minas, São João Evangelista, Virginópolis e Virgolândia.

¹² <http://www.trilhasdoriodoce.com.br/2015-11-10-00-31-25/o-circuito>

Governador Valadares também participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, e por isso receberá, em 2017, ano de referência de 2015, o montante de R\$ 2.397,12¹³. Esta política consiste na conferência de repasses mensais, condicionados à formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Durante o levantamento de campo realizado pela Expressão Socioambiental em 2016, verificou-se que Governador Valadares possui infraestrutura completa de atendimento ao turismo.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Com base em tal definição, foram inventariados trinta e seis meios de hospedagem em Governador Valadares. Somando a infraestrutura de todos os meios de hospedagem, o município dispõe de aproximadamente 1.431 unidades habitacionais e um total de 3.881 leitos.

¹³ Publicação dos índices provisórios de Investimento em Turismo dos Municípios (IIT) e de participação para fins de distribuição da parcela de ICMS pelo critério Turismo em 2017, ano-referência 2015, nos termos do Artigo 9º, § 5º, da Lei Estadual n.º 18.030, de 12 de janeiro de 2009 (Caderno de Imprensa Oficial – Diário do Executivo, p. 122 – sábado, 12 de Novembro de 2016, Governo Estadual de Minas Gerais).

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram inventariados 102 estabelecimentos do segmento de alimentos e bebidas que prestam serviços remunerados em Governador Valadares.

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

No segmento dos serviços de transporte turístico foram identificadas e inventariadas quatro locadoras de veículos, o sindicato dos taxistas, inúmeros táxis e quatro transportadoras turísticas em Governador Valadares.

3.2.1.2.4 Agências de Turismo

Durante o levantamento de campo realizado pela Expressão Socioambiental em 2016, verificou-se que Governador Valadares 13 empresas que prestam serviço de agenciamento turístico: 3 do tipo receptivo e emissivo 10 do tipo apenas emissivo.

3.2.1.2.5 Espaço para Eventos

Em Governador Valadares foram identificados 22 espaços que podem ser utilizados para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras, shows e outros serviços.



Figura 8 Parque de Exposições de Governador Valadares

Fonte: Circuito Cultural Trilhas do Rio Doce, 2016

3.2.1.2.6 Locais e Templos de Fé/Edificações

Foram inventariados 35 locais e templos de fé em Governador Valadares.

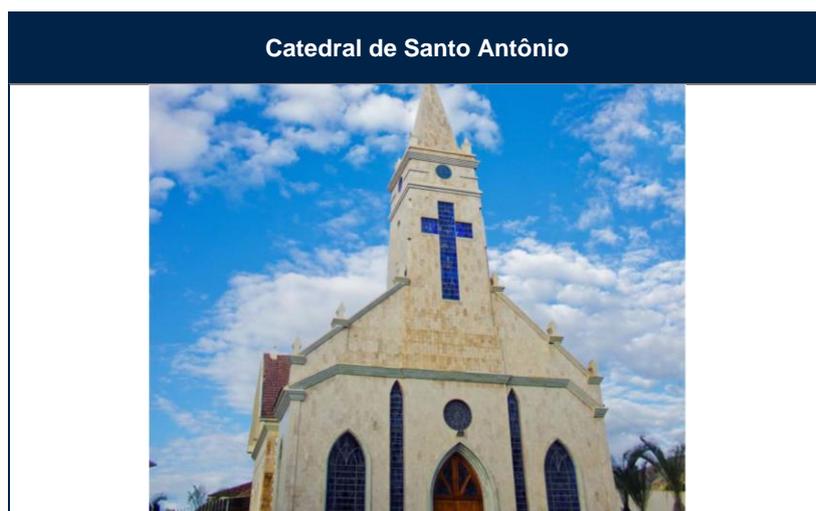


Figura 9 Catedral de Santo Antônio

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa em Governador Valadares. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginária, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.1.2.7 Outros Serviços e Equipamentos Turísticos

Foram identificados três outros serviços e equipamentos que dão suporte ao desenvolvimento de atividades turísticas em Governador Valadares: Centro de Informações Turísticas, Conselho Municipal de Turismo e Circuito Turístico Trilhas do Rio Doce.

3.2.1.2.8 Atrativos Naturais

Quatro importantes atrativos naturais se encontram no território de Governador Valadares: o Pico do Ibituruna, o rio Doce, a Cachoeira Véu da Noiva (Distrito de Pontal) e a Cachoeira do Porto, no rio Suaçuí, com estrutura para camping. Esses são, tradicionalmente, significativos espaços para práticas socioculturais e de lazer das comunidades local e regional. Os visitantes e frequentadores são atraídos, sobretudo, pelas seguintes atividades: vôo livre, rapel, banho, caminhada, escalada e demais atividades recreativas.

Nesse sentido, destaca-se o Pico do Ibituruna, que “possui 1.123 metros de altitude, as melhores térmicas (massas de ar quente em ascensão) do mundo e se consagra como cenário nacional e internacional na prática do voo livre” (GOVERNADOR VALADARES, 2016). Em 4 de dezembro de 2001, foi aprovada a Lei Municipal nº 4.924, instituindo o "Dia da Ibituruna".



Figura 10 Pico do Ibituruna

Fonte: Circuito Cultural Trilhas do Rio Doce, 2016

Conforme apurado no trabalho de campo, o rio Doce é o principal curso de água que banha o município de Governador Valadares, sua bacia (de 83.500 Km²) é composta por 222 municípios, sendo 203 pertencentes ao estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo. Seus afluentes são os rios Suaçuí Grande, Suaçuí Pequeno e Tronqueiras, além dos córregos do Onça, Bernardo, Itapinoã, Santa Helena, Caramonho, Paca, Cassiano, Cedro, Figueirinha, Capim, Melquíades e Bugre.

Já a Cachoeira Véu da Noiva tem uma queda de 32 metros com condições ideais para a prática do rapel. Localiza-se no distrito de Pontal e seu acesso pode ser realizado pela BR-259 (GOVERNADOR VALADARES, 2016).



Figura 11 Cachoeira Véu da Noiva

Fonte: Circuito Cultural Trilhas do Rio Doce, 2016

A Cachoeira do Porto, por sua vez, é uma queda d'água de altura baixa e volume de água médio, situada no rio Suaçuí. Contudo, as informações obtidas são de que a água não apresenta condições para ingestão humana, embora seja apropriada para banho nas margens e acima das quedas. Além disso, a área do entorno propicia a realização de atividades recreacionais. No local é permitido camping além de dispor de infraestrutura com banheiros, bar e restaurante.

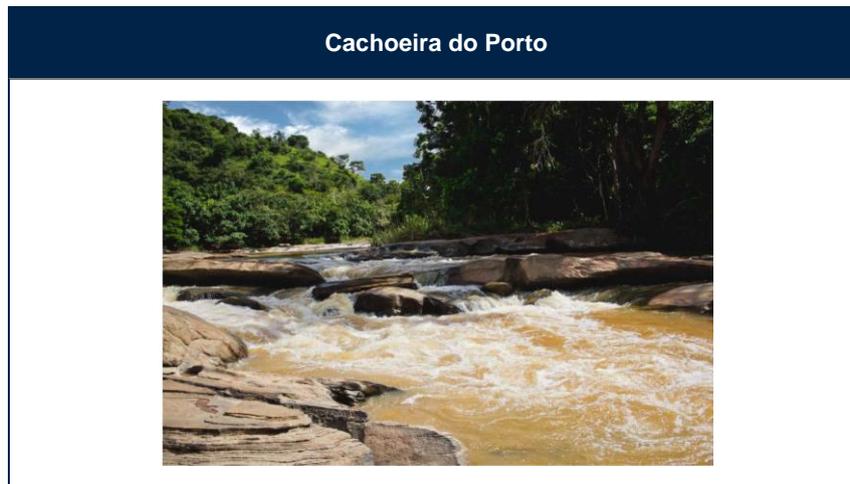


Figura 12 Cachoeira do Porto

Fonte: Circuito Cultural Trilhas do Rio Doce, 2016

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos

governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura a seguir traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 13 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação aos municípios, 2012

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Governador Valadares, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de cultura em Governador Valadares é uma atribuição da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. Trata-se, portanto, de órgão que acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹⁴, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua

¹⁴O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na

caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura, articulando ações conjuntas entre os vários atores do campo cultural.

Governador Valadares aderiu ao Sistema Nacional de Cultura em 2011, através do Processo 01400.000152/2011-23, tendo sido assinado termo aditivo em 21/12/2012. Segundo os parâmetros da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, o Acordo de Cooperação Federativa tem como objeto “estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município”.

No processo de institucionalização da política de cultura em Governador Valadares, foi instituído o Sistema Municipal de Cultura, por meio da Lei nº 6269/2011, aprovada e regulamentada. Os componentes do SMC estão expressos no Artigo 33 da referida Lei.

“Art. 33. Integram o Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I- coordenação:

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer – SEMCEL e/ou órgão equivalente que venha a ser criado;

II- instâncias de articulação, pactuação e deliberação:

Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

Conferência Municipal de Cultura - CMC;

III- instrumentos de gestão:

implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

Plano Municipal de Cultura- PMC;

Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;

Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC;

IV- Sistemas Setoriais de Cultura:

Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;

Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura – SMBLLL;

Outros que venham a ser constituídos.”

Conforme informado nas entrevistas realizadas em campo, o município já elaborou seu Plano Municipal de Cultura, com participação do Conselho Municipal de Política Cultural, sendo este um instrumento fundamental para o planejamento e a gestão da política cultural municipal.

De acordo com os dados lançados pelo órgão na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, Módulo Cultura, IBGE 2014¹⁵, Governador Valadares realiza uma série de ações na cultura, entre elas: mantém parcerias e realiza convênios com entidades da área cultural; promove / dá apoio a iniciativas culturais específicas voltadas para crianças e adolescentes, jovens, idosos, culturas populares, comunidades indígenas e LGBTTT; desenvolve ações de promoção do livro, leitura e literatura; mantém biblioteca pública e centro cultural; realiza atividades de promoção do turismo cultural; mantém calendário de festas e eventos ativo; mantém programas de incentivo fiscal; oferece cursos de formação,

¹⁵ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

tendo sido citados as áreas de artesanato, circo, música, teatro, patrimônio; realiza ou dá apoio financeiro à realização de apresentações musicais, feira de livros, montagens teatrais e eventos.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

No que se refere à participação da sociedade civil na política cultural, vê-se que Governador Valadares possui diversas instâncias e instrumentos, destacando-se, além do Conselho Municipal de Cultura, as conferências municipais, as comissões e o fórum de cultura.

O Conselho Municipal de Cultura foi instituído através da Lei nº 4.239 de 30 de abril de 1996 e, posteriormente, recriado pelo Artigo 38 da Lei do Sistema Municipal de Cultura – SMC, a Lei nº 6.269/2011, antes mencionada com o título de Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC. O Conselho é consultivo, deliberativo e normativo, possuindo composição paritária entre poder público e sociedade civil. Seus representantes são eleitos democraticamente por seus segmentos. De acordo com o Artigo 41, são 38 representantes e seus respectivos suplentes.

Em seu Artigo 42, a Lei institui um diferencial na composição do CMPC, que é constituído pelas seguintes instâncias: I – Plenário; II – Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC; III – Colegiados Setoriais; IV – Comissões temáticas; V – Grupos de trabalho; e VI – Fóruns setoriais e territoriais.

O Artigo 39 da Lei informa que “para efeitos de participação na Conferência Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Política Cultural e Comissão Municipal de Incentivo à Cultura fica instituído o Fórum Permanente de Cultura”, composto por:

- Fóruns setoriais de artes visuais; artes digitais e design; artesanato; arquitetura e urbanismo; audiovisual; música; teatro e artes circenses; dança; cultura afro-brasileira e cultura popular; produtores culturais e trabalhadores da cultura; instituições culturais não-governamentais; juventude;
- Fóruns regionais de cultura – Região 01, Região 02, Região 03 e Fórum Distrital;

- Membros da sociedade civil representantes do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural / Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico e Cultural; do Conselho Municipal de Turismo; da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura;
- Comissão Municipal de Biblioteca, Livro, Leitura e Literatura.

Em abril de 2016, foram escolhidos os novos representantes do Conselho, previsto para ser empossado no começo de 2017, dando início aos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Cultura.

Segundo se apurou em entrevistas de campo, além das comissões e fóruns setoriais, o Governador Valadares já realizou uma Conferência Municipal de Cultura, em 2015.

Em 2009 foi realizada uma Conferência Intermunicipal, com sede em Governador Valadares, da qual participaram 50 pessoas dos municípios de Capitão Andrade, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Itanhomi, Mathias Lobato e São Geraldo da Piedade.

O município também tem participado das conferências estaduais e nacionais de cultura, sendo que neste último caso os documentos do MINC confirmam a presença de representantes de Governador Valadares em todas as três Conferências Nacionais de Cultura.

Governador Valadares também possui Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, instituído através do artigo 9º da Lei nº 4.646, de 02 de agosto de 1999. Alguns de seus artigos foram revogados pela Lei de instituição do SMC (Lei nº 6.269/2011), especialmente sua composição, que passa a ser configurada em conformidade com o Artigo 103 da Lei mais recente:

“O Conselho a que se refere o artigo 10 será composto pelos seguintes representantes e seus respectivos suplentes:

I – por 1(um) representante da Secretaria Municipal de Educação - SMED;

- II – por 2(dois) representantes do órgão gestor, coordenador do Sistema Municipal de Cultura, preferencialmente o gerente de Patrimônio Histórico e o gerente de Museu;
- III – por 1(um) arquiteto, indicado por entidade representativa de classe;
- IV – por 1(um) profissional com conhecimento específico na área de história, indicado por instituição de ensino superior que tenha em sua grade o curso de história ou por qualquer outro órgão ou entidade que tenha em seus quadros o referido profissional;
- V – por 1(um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento com conhecimento da política de desenvolvimento urbano do município e da legislação pertinente;
- VI – por 1(um) profissional da área de artes plásticas;
- VII – por 1(um) representante de entidades e/ou órgãos que atuam na defesa do meio ambiente;
- VIII – por 1(um) representante do setor de promoções culturais e turismo.”

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Segundo se apurou em entrevista realizada com gestor municipal, Governador Valadares possui Fundo Municipal de Cultura, instituído pela mesma Lei do SMC – Lei nº 6269/2011, em seu Artigo 55. Neste, afirma-se que o Fundo Municipal de Cultura se “constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município”. No Artigo 56 explicita a vedação de utilização do Fundo com despesas administrativas e manutenção do poder público, em suas diversas esferas, bem como em projetos de instituições de direito privado já patrocinadas “com recursos de outros fundos e mecanismos de incentivo fiscal”.

Já o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC, foi instituído pela Lei nº 5.945, de 01/12/2008. Os entrevistados afirmaram que o Fundo está regulamentado, mas não está em funcionamento e ainda não lançou qualquer edital para seleção de projetos.

De acordo com seu Artigo 5º, constituem recursos do FUMPAC:

- “I – dotações orçamentárias e créditos adicionais que lhes forem destinados pelo Município;
- II – contribuições, doações, transferências de pessoas físicas ou jurídicas, Instituição Pública ou Privada, subvenções, repasses e donativos em bens ou em espécie;
- III – o produto das multas aplicadas em decorrência de infrações cometidas contra o patrimônio cultural;
- IV – os resultantes de convênios, contratos ou acordos firmados com instituições públicas ou, nacionais ou estrangeiras, dentre eles:
- a) participação na bilheteria de eventos artísticos e culturais, com fins lucrativos;
 - b) venda de publicações e edições relativas à cultura;
- V – patrocínio e apoio de pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, destinados à promoção, eventos, campanhas publicitárias e projetos especialmente no âmbito da cultura;
- VI – demais receitas decorrentes do desenvolvimento da cultura
- VII – rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;
- VIII – transferências decorrentes de repasse do ICMS estadual, cota parte alusiva ao patrimônio cultural ou outro mecanismo de incentivo à proteção do patrimônio cultural que porventura venha a ser criado;
- IX – quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados.”

Governador Valadares possui também Lei de Incentivo à Cultura, a Lei nº 4.925, de 06/12/2001, que se encontra regulamentada e em funcionamento. Em seu Artigo 1º, a Lei estabelece:

“Art. 1º - Fica instituído no município o incentivo fiscal para apoio à realização de projetos culturais, a ser concedido a contribuintes pessoas físicas ou jurídicas.

§ 1º - O incentivo fiscal referido no "caput" deste artigo corresponderá a dedução de até 30% (trinta por cento) dos valores devidos pelos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - que vierem a apoiar, mediante doação ou patrocínio, projetos culturais apreciados e aprovados na forma desta Lei e de sua regulamentação pelo Conselho Municipal de Cultura.

§ 2º - Os valores a que se refere ao parágrafo anterior poderão incluir os inscritos em dívida ativa.

§ 3º - O valor que deverá ser usado como incentivo cultural não poderá exceder a 5% (cinco por cento) da receita proveniente do ISSQN, tomando como base o exercício anterior.”

A questão do financiamento à cultura no município foi apontada pelo gestor entrevistado como uma das principais dificuldades, tendo em vista a incipiente prática de patrocínio e ações da iniciativa privada, ao mesmo tempo em que os recursos próprios nunca são suficientes para a demanda local.

Em relação ao financiamento via Lei Estadual de Incentivo, o único projeto captado no município – avaliando-se os anos de 2015 e 2016 – foi o Circuito de Verão, formado por apresentações artísticas com foco na música mineira (SEC, 2016).

É importante destacar que uma alternativa para as dificuldades de captação via leis de incentivo tem sido a apresentação de projetos nos editais do Fundo Estadual de Cultura – FEC, que realiza o repasse de recursos diretamente para os proponentes, sem necessidade de captação junto às empresas. A Tabela 8 mostra que, entre 2008 e 2013, foram aprovados e financiados sete projetos em Governador Valadares, no total de R\$ 524 mil injetados na cultura local.

Tabela 8 Projetos aprovados no FEC – Governador Valadares (2008-2013)

Edital	Proponente	Nome do projeto	Valor liberado	Síntese do projeto
2008	Cidade Futuro	Projeto de Manutenção das Atividades do Núcleo Cidade Futuro	R\$ 130.000,00	O presente projeto busca viabilizar as ações do Núcleo Cidade Futuro, entidade sem fins lucrativos, criada em Dez/2001 e fundada juridicamente em Junho/05. Em 3 áreas principais (Patrimônio Histórico e Cultural, Formação e Audiovisual) propõe-se 10 subprojetos: 1) Seminário Temático - Preservação, o Desenvolvimento Local e a Educação Patrimonial; 2) Apostila-História Local e Regional; 3) Reprodução, circulação e divulgação d'Os Pioneiros I e II; 4) Apresentação pública d'Os Pioneiros I; 5) Revista eletrônica Olhares para o Patrimônio Edificado em Governador Valadares; 6) Integrando os Saberes/parceria técnica com o Museu; 7) Curso de Gestão e Ação Cultural em rede na microrregião de Aimorés; 8) Consultoria / Assessoria Formativa na área cultural; 9) Biblioteca cidade futuro; 10) Oficinas de capacitação técnica do setor do audiovisual.
2009	Cidade Futuro	Projeto de Manutenção das Atividades do Núcleo Cidade Futuro - Ano II	R\$ 150.000,00	O projeto busca viabilizar as ações da Associação Cidade Futuro em três áreas culturais principais: 1) Patrimônio Histórico e Cultural; 2) Formação e Gestão Cultural; 3) Audiovisual. Para isso, propõe sete subprojetos: 1) Seminário Temático - Realidade Regional e Experiências de Preservação da Memória do Vale do Rio Doce, seguido de oficinas; 2) Curso de Gestão e Ação Cultural em Rede na microrregião de Aimorés e Caratinga; 3) Consultoria-Assessoria Formativa na Área Cultural; 4) Ampliação da Biblioteca Núcleo Cidade Futuro e implantação de bibliotecas básicas na região; 5) Reprodução, Circulação e Divulgação d'Os Pioneiros I e II; 6) Exibição Pública d'Os Pioneiros I; 7) Ações de Comunicação Integrada.
2010	Cia de Artes Asa do Invento	Caravana Popular de Cultura	R\$ 65.000,00	A Caravana Popular de Cultura é um projeto que reúne grupos e companhias de teatro da cidade de Governador Valadares, incluindo músicos, bailarinos e grupos folclóricos locais. Tem como objetivo principal levar cultura aos bairros da cidade. A estrutura para a execução do evento é uma tenda de circo com palco e som para as apresentações dos espetáculos. Esse equipamento básico já faz parte do acervo do proponente e é levado gratuitamente à periferia.

2010	Prefeitura Municipal de Governador Valadares	X Encontro Regional de Folclore de Penha do Cassiano - Governador Valadares	R\$ 24.000,00	O Encontro Regional de Folclore de Penha do Cassiano consiste em reativar e fazer a circulação das atividades folclóricas da região noroeste de Governador Valadares. Iniciado em 2002, o evento está a cada ano, se consolidando como uma das mais importantes atividades culturais do leste mineiro e o seu principal instrumento de fomento da cultura popular.
2012	Prefeitura Municipal de Governador Valadares	XI Encontro Regional de Folclore de Penha do Cassiano - Governador Valadares	R\$ 25.500,00	O Encontro Regional de Folclore é um evento que consiste em estimular e fazer circulação das atividades folclóricas na região de Governador Valadares. Iniciado em 2002, o evento está a cada ano se consolidando como uma das mais importantes atividades culturais do leste de Minas e como o principal instrumento de fomento da cultura popular na região.
2012	Associação dos Moradores e Amigos de Baguari	Circuito de Literatura e Cidadania de Baguari	R\$ 65.000,00	O projeto prevê a implantação de um Circuito de Literatura em distritos de Governador Valadares, com a oferta de um curso de conservação de acervo e tratamento da informação, a produção de baús de leitura e a realização de oficinas e apresentações artística-culturais em 15 escolas da rede pública local, atendendo diretamente 1500 alunos.
2013	União Operária de Governador Valadares	Tecendo Saberes	R\$ 65.000,00	O projeto cultural "Tecendo Saberes" é composto por cursos e capacitações para artesãos e comunidade no intuito de melhorar a qualidade dos produtos já fabricados pelos artesãos e de capacitar novas pessoas para se inserirem no mercado do artesanato. Com esse projeto, objetiva-se dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Ponto de Cultura Artesanato e Cultura, do qual a União Operária é Proponente.

Fonte: Fundo Estadual de Cultura, 2016

Quanto aos valores do orçamento municipal destinados à cultura, a Tabela 9 apresenta dados relativos aos anos de 2014 e 2015, que podem ser consultados no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁶.

¹⁶ Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

Em tal fonte constam R\$ 3,16 milhões gastos em Unidades ligadas à Cultura no ano de 2014, o que corresponde a 0,6% do orçamento municipal anual executado. Deste total, 99% foi aplicado na Ação Desenvolvimento das Atividades da SEMCEL (cujos gastos majoritários são os vencimentos e vantagens fixas do quadro de pessoal, seguidos de locação de imóveis, equipamentos, materiais de consumo, gastos em manutenção, realização de festas e eventos) e os 1% restantes foram direcionados para o Fundo Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Patrimônio Cultural.

Já no orçamento de 2015 o valor dos gastos com a cultura foi elevado para R\$ 3,58 milhões, mantendo-se percentual semelhante no total dos gastos liquidados pela prefeitura e também distribuição das rubricas de maneira similar à do ano anterior, com elevação dos valores destinados aos dois fundos existentes.

Tabela 9 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a Função Cultura – Governador Valadares (2014-2015)

Item / Função	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	653.865.062,27	766.838.862,31
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	498.083.301,99	571.291.637,82
Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)	3.149.594,47	3.549.443,99
Ação Desenvolvimento das atividades da SEMCEL (valor executado e liquidado)	3.138.364,46	3.549.443,99
Ação Rede Ponto de Cultura MINC / FUNC (valor executado e liquidado)	11.230,01	0,00
Despesa total com a Unidade Fundo Municipal de Cultura (valor executado e liquidado)	946,34	1.655,80
Despesa total com a Unidade Fundo Municipal de Patrimônio (valor executado e liquidado)	9.500,00	32.482,25

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

OBS: apenas valores liquidados; os valores empenhados não foram aqui considerados.

Governador Valadares tem participado da Política Estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁷, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Nesse quesito, conforme pode apresentado nas Tabela 10 e Tabela 11Tabela 11, o município vem elevando sua pontuação, chegando ao exercício 2017 com 8,64 pontos. Esta situação indica que haverá ampliação dos recursos repassados e disponíveis para o Fundo de Patrimônio no ano que ora se inicia.

Tabela 10 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Governador Valadares (2013-2017)

Município	ICMS exercício 2017	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2013
Governador Valadares	8,64	6,29	0,60

Fonte: IEPHA, 2016

Tabela 11 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Governador Valadares (2014-2016)

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016*
Governador Valadares	75.308,11	126.935,92	98.154,93

Fonte: FJP, 2016

*Não inclui o valor repassado no mês de dezembro de 2016

¹⁷ O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao IEPHA/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A estrutura cultural de Governador Valadares se expressa também pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Em 2013, segundo o IMRS, Governador Valadares estava no grupo dos 27,4% dos municípios de Minas que apresentavam pluralidade de equipamentos culturais¹⁸.

Governador Valadares já possuía, previamente, o Inventário de Oferta Turística – INVTUR, importante instrumento de formulação de políticas públicas de cultura, turismo, esporte e lazer. Assim, as informações pré-existentes sobre espaços e equipamentos de cultura do município foram validadas e/ou atualizadas pela pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental, em 2016

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

Governador Valadares conta com o Museu da Cidade, fundado em 1983, no qual ocorrem exposições periódicas. O Museu conta com um acervo de objetos e imagens que narram a história do município.

Já o Teatro Atiaia, inaugurado em 1982, tem capacidade para 442 lugares, sistema de luz, som e refrigeração. Considerado um dos melhores teatros do interior de Minas Gerais, possibilitou a Governador Valadares ser integrado nos roteiros da produção artística nacional. Após interdição em 2015, sofreu obras de adequação às normas de segurança e acessibilidade.

O Teatro participa da Campanha de Popularização do Teatro, que disponibiliza peças para milhares de pessoas a preços populares. O espaço é também utilizado para shows musicais, apresentações de dança, lançamento de livros, CDs e DVDs. É complementado pela galeria Monhangara onde são realizadas exposições artísticas.

¹⁸ Os equipamentos culturais, no caso da construção deste indicador, estão representados pelos museus, teatros, centros culturais, cinemas e arquivos públicos.

Teatro Atiaia



Figura 14 Teatro Atiaia

Fonte: http://www.noticiasinline.com/Default.aspx?Id_Cidade=3111

Museu da Cidade



Figura 15 Museu da Cidade

Fonte: Circuito Cultural Trilhas do Rio Doce, 2016

3.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

Governador Valadares conta com a Biblioteca Pública Municipal Professor Paulo Zappi, que ocupa área de 500 m². Em muito bom estado de conservação, seu acervo é de mais de 50 mil livros, tendo 1.490 leitores registrados e cerca de mil leitores mensais (SEC, 2016).

Como apenas 20,2% dos municípios mineiros, Governador Valadares possui Arquivo Público Municipal (IMRS, 2013). Este equipamento guarda e ordena como fonte de informação e de pesquisa o conjunto de documentos de origem pública e privada de interesse público e social. Desse modo, a memória local, sua história política, social e econômica são preservadas.

3.2.2.3 Atrativos Culturais

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014¹⁹, realizada pelo IBGE, informa a existência de 5 Pontos de Cultura em Governador Valadares, tendo sido os mesmos confirmados durante o levantamento de campo realizado pela Expressão Socioambiental, em 2016.

- Centro Cultural Nelson Mandela: Inaugurado em 1997, conta com visitação de alunos, empréstimo e lançamento de livros. Além de abrigar biblioteca (com cerca de 90 mil livros) e sala multiuso, o Centro possui espaços dedicados à atividades culturais, artísticas, de convivência e de lazer;
- Céu das Artes;
- Cinesercla: São 4 salas de projeção instaladas no GV Shopping;

¹⁹ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.



- **Complexo Monumento da Ibituruna:** O complexo, construído no alto do Pico da Ibituruna, em 1963, é composto por uma capela e uma imagem de Nossa Senhora das Graças, de 24 m de altura, erguida sobre um pedestal de 10 m. Em 2000, após ter sido restaurada em 1998, a imagem recebeu iluminação ornamental, podendo ser contemplada a quilômetros de distância. Foi tombada pelo município em 2001. Além de escaladas e passeios para contemplação da paisagem e atividades religiosas no complexo, as rampas de vôo livre são utilizadas por moradores e visitantes;
- **Feira de Artesanato:** Datada de 1983, a Feira é realizada às quintas-feiras à noite e aos domingos pela manhã, na Praça dos Pioneiros. Além de barracas de produtos artesanais e alimentação, a feira é equipada com pista de carros miniatura, sonorização e videokê. Aos domingos, o trenzinho da alegria, com bonecos de animação, faz da praça o seu ponto de partida e chegada;
- **Espaço Cultural Açucareira:** A Cia. Açucareira Rio Doce – CARDO foi criada nos anos 1940, no Bairro Capim às margens do Rio Doce, e transferida para São Paulo em 1963. Em 2001, suas instalações foram tombadas pelo Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural, com o intuito de manter viva a memória da cidade. Tornou-se importante referência da história econômica local, com destaque para sua arquitetura. Hoje o imóvel pertence ao município e o pátio é utilizado como espaço para eventos, principalmente culturais;
- Associação dos Artistas Plásticos do Rio Doce;
- Banda Lira 30 de Janeiro.

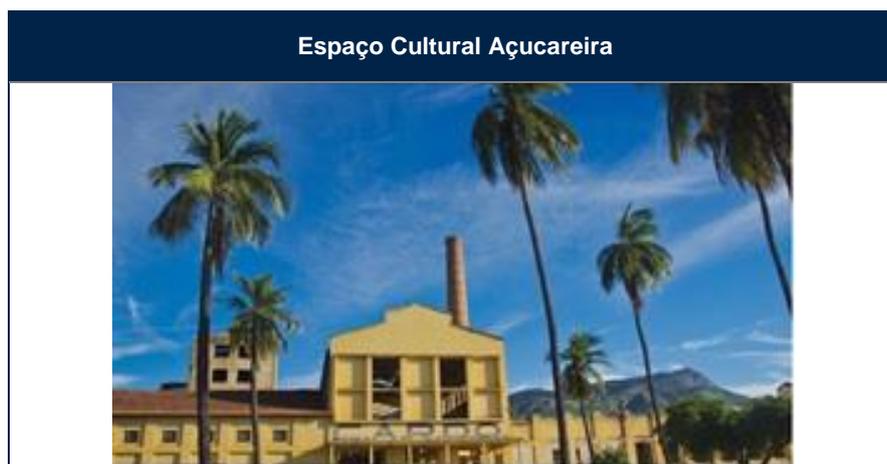


Figura 16 Espaço Cultural Açucareira

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/2180178>



Figura 17 Banda Lira 30 de Janeiro

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/2382178>

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014²⁰, realizada pelo IBGE, informa a existência de cinco Pontos de Cultura no município, confirmados pelo gestor cultural entrevistado em 2016. Conforme a relação do Ministério da Cultura, os Pontos são os seguintes: Roda e Cidadania, Memória dos Povos do Campo, Artesanato e Cultura, Lira 30 de Janeiro e Atrás do Palco (MINC, 2012).

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

Governador Valadares, dado seu porte e papel de polo regional, apresenta significativa movimentação cultural, com grande quantidade de grupos e projetos culturais acontecendo

²⁰ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

simultaneamente na cidade. Assim, no âmbito deste diagnóstico, não cabe detalhar a totalidade de artistas e grupos atuantes no território, motivo pelo qual se optou por apresentar, a seguir, considerações sobre o perfil cultural local, os principais artistas e grupos em atividade e as manifestações culturais valadarenses.

As informações disponíveis para Governador Valadares na MUNIC 2014 apontam a presença de significativa pluralidade cultural, com grupos e artistas em atividade nas mais diversas áreas. As principais manifestações mencionadas à época foram: grupos de teatro, dança, culturas populares, música, banda, coral, capoeira, associação literária, circo, artes visuais e artesanato – representado, sobretudo, pelo bordado e objetos e adereços feitos com pedras, especialmente pedras preciosas.

O artesanato produzido é comercializado na Feira de Artesanato, que acontece desde 1983 às quintas-feiras à noite e aos domingos pela manhã, na Praça dos Pioneiros. Os principais produtos comercializados são: artesanato em couro; vestuário e roupas de cama, mesa e banho; bijuterias; adornos; flores artificiais; e objetos decorativos em porcelana, palha, madeira, quadros, entre outros.

A diversidade cultural de Governador Valadares foi confirmada pelos entrevistados na pesquisa de campo, que citaram alguns dos expoentes e grupos em atividade na cidade, uma vez que não há um mapeamento das manifestações e dos artistas locais. Todavia, no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, do MINC, há apenas 14 agentes culturais cadastrados no município.

Na área da música, foi destacada a atuação de vários corais, incluindo o Coral da Cidade e o Coral Universitário do campus avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora, situado no município. Também foi destacada a Lira 30 de Janeiro, que além de escola de música é Ponto de Cultura.



Figura 18 Coral da Cidade

Fonte: <https://www.facebook.com/Fotos-antigas-e-atuais-de-Governador-Valadares-MG-324319641034891/?fref=ts>



Figura 19 Lira 30 de Janeiro

Fonte: <https://www.facebook.com/bandalira30/>

Na área teatral, foram destacados os grupos Asa do Invento, fundado em 1991, e Atrás do Palco, que também é Ponto de Cultura.

Grupo Asa do Invento



Figura 20 Grupo Asa do Invento

Fonte: <http://asadoinventto.blogspot.com.br/>

Companhia Atrás do Palco



Figura 21 Companhia Atrás do Palco

Fonte: <https://www.facebook.com/ciaatrasdopalco>

Também foi mencionada a existência das escolas de samba da Associação de Capoeira Raiz do Brasil e da Academia Valadares de Letras.

Escola de Samba Unidos do Morro, de Carapina



Figura 22 Escola de Samba Unidos do Morro, de Carapina

Fonte: goo.gl/IS72jv

Escola de Samba Unidos da Vila



Figura 23 Escola de Samba Unidos da Vila

Fonte: goo.gl/XlafSf



Figura 24 Mestre Pantera e Capoeira Raiz do Brasil

Fonte: <https://www.facebook.com/mestre.pantera/photos?pnref=lhc>

Por fim, destaca-se a atuação da Associação dos Artistas Plásticos do Rio Doce – criada em 1981 e reativada em 2013 – e da Associação dos Artesãos de Governador Valadares.

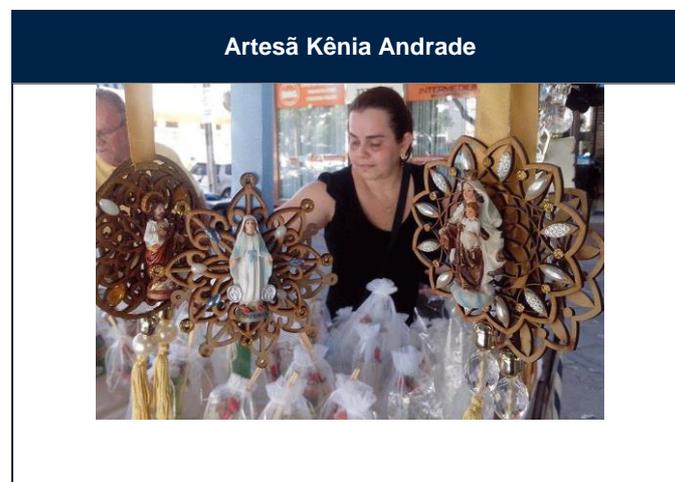


Figura 25 Artesã Kênia Andrade

Fonte: <http://www.drd.com.br/news.asp?id=5008910005977272014->

Também nos bairros periféricos foram identificadas inúmeras atividades culturais em desenvolvimento. No ano de 2010, o projeto Banco da Memória²¹ realizou o mapeamento cultural de oito comunidades valadarenses, quais sejam, os bairros: Carapina; Nossa Senhora das Graças; Morro do Querosene; Planalto; Santa Efigênia; Santa Helena; Santa Terezinha; e São Tarcísio. À época foram inventariados 176 grupos em atividade, que envolviam cerca de 890 artistas. De acordo com tal fonte, predominam as manifestações ligadas à música, seguidas daquelas relacionadas às atividades artesanais, nas mais diversas formas.



Figura 26 Trio Jequitibá, bairro Santa Terezinha

Fonte: Guia Cultural de Governador Valadares, 2016

Na área da formação artística e cultural, foi anteriormente constatado que a lei de criação do Sistema Municipal de Cultura, Lei nº 6.269/2011, instituiu, em seu Artigo 33, o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC. São ofertados cursos e oficinas

²¹ Mapeamento cultural realizado em parceria entre os Pontos de Cultura das ONGs Favela é Isso Aí e Núcleo Cidade Futuro, com recursos do Fundo Estadual de Cultura – FEC. Ver <http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/> .

nas áreas de capoeira, teatro, dança contemporânea e outros no Espaço Galeria Monhangara.

As entrevistas de campo revelaram que a Igreja Presbiteriana Filadélfia do Bairro de Lourdes oferece aulas de violão, piano, regência e canto.

É importante mencionar que vários grupos e associações atuantes em Governador Valadares também oferecem, além de sua prática artística e cultural regular, oficinas, cursos e atividades de formação artística e cultural. Entre elas citam-se as oficinas de capoeira, oferecidas por Mestre Pantera, a formação em música ofertada pela Lira 30 de Janeiro e os cursos de teatro das companhias antes mencionadas.

Destaca-se que, no município, havia formação na área do audiovisual, ofertada pelo Ponto de Cultura Beabá Audiovisual, do Núcleo Cidade Futuro, que paralisou suas atividades por falta de patrocínio.

A tradição rural é representada, sobretudo, pela Cavalgada Paulo Baia, de abrangência regional.

3.2.2.4 Calendário Cultural

Segundo o conjunto de informações levantadas na pesquisa de campo e em fontes secundárias, o calendário cultural de Governador Valadares se compõe dos seguintes eventos ao longo do ano:

- Janeiro: Aniversário da cidade; *Paragliding World Cup*: Após 5 etapas seletivas, o Brasil fechou a temporada do circuito mundial recebendo os 125 melhores pilotos.
- Abril: GV Folia (carnaval fora de época); Semana da Cultura Indígena.
- Maio: Festa da Fantasia
- Junho: Festa das Tradições Populares (no Espaço Educacional Vieira Cabral); Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade, com barraquinhas e leilões.
- Julho: Festival de Jazz; Exposição Agropecuária – Expoagro, já em sua 47ª edição, com exposições, leilões, concursos de animais, rodeios, vaquejadas e shows artísticos; Festival Internacional de Música Colonial.

- Agosto: Cenáculo Diocese de Governador Valadares, evento religioso promovido pela Renovação Carismática Católica.
- Outubro: Encontro Regional de Folclore do Distrito de Penha do Cassiano; Expoleste: mostra empresarial do leste mineiro, realizada no Centro de Feiras e Eventos Vicente Guabiroba na Univale; Labaredas de Fogo: evento religioso que acontece de 11 a 13 de outubro promovido pela 1ª Igreja do Evangelho Quadrangular.
- Novembro: Festival Nacional de Teatro

Tabela 12 Calendário Cultural - Governador Valadares



Fonte: goo.gl/INGnRE



Fonte: goo.gl/5J9kft

Peça de divulgação da Festa da Fantasia



Convite para a Festa das Tradições Populares, 2015



Fontes: goo.gl/2CHBLZ e goo.gl/lvWK59

Peça de divulgação do Festival de Jazz



Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade



Fonte: goo.gl/MGUQpR

Expoagro



Fonte: goo.gl/YfMrUP

Festival Internacional de Música Colonial



Festival do Folclore em Penha do Cassiano



Fonte: goo.gl/r4ckUz e goo.gl/S9Ym75

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio cultural material e imaterial um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

Em Governador Valadares, atendendo ao disposto no Artigo 216 da Constituição Federal, há legislação de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, a Lei nº 4.646/1999, que trata do instituto do tombamento de bens móveis e imóveis, estabelecendo os quatro Livros do Tombo, para inscrição dos bens, a saber:

I – Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, para as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular;

II – Livro do Tombo Histórico, para as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

III – Livro do Tombo das Belas-Artes, para as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

IV – Livro do Tombo das Artes Aplicadas, para obras que se incluem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.”

Assim, em 2013, conforme dados do IMRS, o município de Governador Valadares, tal como 85,8% dos municípios de Minas Gerais, dispunha de lei de proteção do patrimônio cultural.

Em 1999, foi criado o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, por meio da Lei nº 4.646, sendo este de caráter deliberativo e paritário.

Já o financiamento da gestão do patrimônio foi definido pela Lei nº 5.945/2008, que instituiu o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Governador Valadares – FUMPAC. Ainda que a Lei tenha sido regulamentada, o Fundo não está em funcionamento e ainda não lançou qualquer edital para seleção de projetos.

O município vem elevando sua pontuação no ICMS Patrimônio Cultural, tendo passado de 0,60 pontos em 2013 a 6,29 em 2015 e a 8,64 no exercício 2017. Essa trajetória coloca

Governador Valadares ligeiramente acima da média dos municípios mineiros, que é de 7,83 para 2017. Vale informar que a maior pontuação do estado, atribuída ao município de Mariana, é de 58,50.

O atendimento da municipalidade aos critérios estabelecidos pelo Estado impacta diretamente no aumento de recursos a serem repassados ao município e, conseqüentemente, na possibilidade de maior investimento na gestão do patrimônio. Tal movimento agrega suporte a uma efetiva política pública de patrimônio, ampliando as ações de salvaguarda da cultura e da preservação da memória.

Os bens culturais tombados em Governador Valadares:

- Edificação da Cia. Açucareira Rio Doce: Foi objeto de tombamento sua fachada e todas as áreas internas e os terrenos contíguas no entorno pertencentes ao imóvel. Bem tombado pelo Decreto nº 7.664/2003.
- Conjunto Paisagístico Pico do Ibituruna: Tombado pelo Decreto nº 7.669/2003 por sua singular beleza natural e paisagística.
- Complexo Monumento do Ibituruna: Santa do Ibituruna e Capela: Localizada no alto do Pico do Ibituruna (1.123 m), possui valor histórico, religioso e arquitetônico. Bem tombado pelo Decreto Nº 7.671/2003. A capela-pedestal, que serve de base para o monumento, é revestida de cerâmica, com piso e altar de granito.
- Bioquê do Prefeito: Situado no Beco do Cruzeiro, no Bairro Carapina, foi tombado pelo Decreto nº 9.995/2014, por seu valor histórico e social.
- Antiga sede dos Correios e Telégrafos: Inaugurada em 1967. Bem tombado pelo Decreto nº 7.672/2003: fachada, volumetria e terrenos contíguos pertencentes ao imóvel.
- Mobiliário da Sala do Tribunal do Júri do Fórum de Governador Valadares: O conjunto de mobílias que guarnece a sala do Tribunal do Júri foi confeccionado nos anos de 1950, em Belo Horizonte, e repassado à Comarca de Governador Valadares quando de sua instalação. O austero conjunto permanece intacto apesar das diversas reformas e alterações pelas quais passou o edifício do Fórum e é preservado como símbolo de época. Bem tombado pelo Decreto nº 7.665/2003.
- Antigo Templo Presbiteriano: Construído entre 1934 e 1939, é um exemplar da arquitetura do período de emancipação da cidade, cópia de uma Igreja Presbiteriana Irlandesa. Na falta de eletricidade na época, seus serviços litúrgicos noturnos eram iluminados com lustres a gás de carbureto. O templo deixou de ser utilizado a partir de

1977, após a inauguração do Novo Templo. Bem tombado pelo Decreto Nº 8.004/2004, por seu valor histórico, artístico e arquitetônico.

- Fachada da Antiga Cadeia Pública: O prédio foi inaugurado em 1942 e encerrou suas atividades carcerárias em 1997. Até seu tombamento em 2003, algumas alterações foram realizadas em parte de sua estrutura original. Em estilo *Art déco* - movimento artístico que começou na Europa em 1910, conheceu o seu apogeu nos anos 1920 e 30 -, sua fachada foi tombada pelo Decreto nº 7.673/2003.
- Argola de Amarrar Solípedes: Utilizadas no século XIX e princípio do século XX, para amarrar animais de montaria, eram chumbadas junto aos meios-fios das ruas. Conhecidas como argolas de amarrar cavalos, tiveram grande importância no contexto histórico do município, quando os meios de transporte mais utilizados eram cavalos, carroças e charretes. Estas últimas eram tão numerosas em Governador Valadares que, até a década de 1960, a cidade era conhecida como “terra das charretes”. Fotos antigas revelam alguns “pontos de charretes”, principalmente nas proximidades da antiga estação ferroviária. É justamente naqueles lugares que ficavam chumbadas as argolas, das quais este foi o único exemplar encontrado. A argola em questão foi descoberta por Harley Cândido Nogueira, em 1997, parcialmente encoberta por uma camada de concreto na calçada da Rua Marechal Floriano, defronte ao número 1188. Bem tombado pelo Decreto Nº 7.667/2003. Em 2013 esse exemplar foi retirado e se encontra no Museu da Cidade.
- Painel cubista-modernista do Edifício Helena Soares: O painel pictórico pintado entre os anos de 1962 e 1964, que integra o fundo da galeria do Edifício Helena Soares, retrata aspectos relevantes da cultura e da história de Governador Valadares: a pecuária, a extração mineral, a ponte São Raimundo sobre o Rio Doce e a Ibituruna. Foi concebido pelo artista plástico Sebastião Rosa, que ficou no anonimato por muitas décadas e não chegou a assinar a obra, por ter sido fugitivo da ditadura militar e nunca mais ter retornado à cidade. Bem tombado pelo Decreto nº. 7. 670/2003.
- Locomotiva Maria Fumaça: Instalada na Praça da Estação é uma locomotiva de provável fabricação inglesa, de 1925, construída pela fábrica Filipe Carpenter. Fazia o transporte de cargas e de passageiros na Estrada de Ferro Vitória-Minas, até a década de 1940, passando então pelo distrito de Peçanha e por Figueira - primeiro nome de Governador Valadares. Desde a década de 1960 ornamenta a Praça da Estação, Praça João Paulo Pinheiro. De propriedade da Vale, a locomotiva foi doada ao Município nos anos de 1980 e tombada pelo Decreto nº 7.666/2003.

3.2.2.6 Educação Patrimonial

Governador Valadares desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade conscientizando os alunos quanto à cidadania, à identidade cultural e à memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural.

O referido projeto foi desenvolvido pelo município nos anos de 2013, 2014 e 2015, tendo promovido passeios históricos e visitas aos bens tombados, além de aulas introdutórias e palestras, com alunos de escolas municipais urbanas e rurais. Desse modo, para efeitos de pontuação junto ao ICMS Patrimônio Cultural, Governador Valadares declarou o objetivo de desenvolver o Projeto EDUCAR, também em 2016.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União.

Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Governador Valadares, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer no município de Governador Valadares é atribuição do Departamento de Esporte e Lazer, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte

e Lazer. O Departamento, por sua vez, conta com a Coordenação dos Espaços Públicos de Esporte e Lazer e Praça de Esportes.

Ainda que a Política Nacional do Esporte ressalte a importância de se “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a prefeitura de Governador Valadares não implementou Plano Municipal de Esportes. O Plano, porém, encontra-se em processo de elaboração, contando com participação de comissão específica.

A gestora pública entrevistada informou que o município possui sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar a política de esporte e lazer.

Cabe destacar que, entre os Artigos 212 e 216 da Lei Orgânica Municipal nº 01/2002, em sua Emenda nº 20, de 06 de Junho de 2006, está estabelecido que:

“Art. 211 - O Município promoverá o esporte e o lazer como complementação da educação, despertar de liderança, promoção da saúde e integração social;

Art. 212 - O Município garantirá, por intermédio da rede oficial de ensino e em colaboração com entidades desportivas, a promoção, o estímulo, a orientação e o apoio à prática e difusão da educação física e do desporto, formal e não formal, com:

I – destinação de recursos públicos para os desportos em todas as suas modalidades, com prioridade para promoção educacional e em situações específicas do desporto de alto rendimento;

II - tratamento diferenciado para o desporto profissional e amador;

III - obrigatoriedade de reserva de áreas destinadas a praças e campos de esportes nos projetos de urbanização e de unidades escolares, e a de desenvolvimento de programas de construção de áreas para a prática do esporte comunitário;

IV – incentivo ao desporto amador e profissional, mediante a liberação, na forma da lei, de recursos originários da celebração de convênios e contratação de parcerias.

Parágrafo único - O Município garantirá ao portador de deficiência atendimento especializado no que se refere à educação física e à prática de atividades esportivas, sobretudo no âmbito escolar.

Art. 213 - O Município deverá estimular e custear eventos, dentro de suas possibilidades, do esporte especializado de clubes que participem de competições estaduais e nacionais.

Art. 214 - O Município criará um conselho municipal de esporte, amplamente representativo, visando a elaborar os programas de esporte e das suas diversas modalidades.

Art. 215 - É dever do Município criar parques municipais e áreas de lazer e um complexo esportivo para toda modalidade de esportes.

Art. 216 - É dever do Município incentivar e viabilizar o aproveitamento do Rio Doce para a prática do esporte e lazer.

Parágrafo único - As margens do Rio Doce, no perímetro urbano e de expansão urbana, são de uso coletivo, vedada a sua destinação para uso exclusivo de indivíduos, entidades ou grupos privados.”

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Conforme dados primários e secundários – coletados em campo e obtidos no sítio eletrônico da prefeitura –, Governador Valadares dispõe de Conselho Municipal de Políticas de Esportes e Lazer – CMEL, instituído pela Lei Municipal nº 4.904, de 04 de Outubro de 2001. O Conselho foi reformulado pela Lei Municipal nº 6.357, de 18 de Abril de 2013. Este é consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, com representação paritária e encontra-se ativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Conforme dados primários e secundários – coletados em campo e obtidos no sítio eletrônico da prefeitura –, Governador Valadares dispõe de legislações municipais de incentivo ao esporte e/ou lazer, tais como:

- Lei Municipal nº 4.169, de 21 de Dezembro de 1995, que “dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais, turísticos, ecológicos, esportivos, de lazer no município de Governador Valadares”;
- Lei Municipal nº 4.974, de 09 de Abril de 2002, que “dispõe sobre a criação do programa “Esporte na Escola”, de incentivo à prática de esportes no âmbito das escolas da rede municipal de ensino e dá outras providências”;
- Lei Municipal nº 6.631, de 13 de Maio de 2015, que “cria o incentivo fiscal para pessoa jurídica que patrocina a participação de atleta em evento desportivo e dá outras providências”;
- Lei Municipal nº 6.732, de 15 de Setembro de 2016, que “dispõe sobre a implantação de áreas de lazer por meio da criação de ruas de lazer no perímetro urbano do município de Governador Valadares e dá outras providências”.

O município também possui Fundo Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer – FUMUNDEL, instituído pela Lei Municipal nº 6.359, de 18 de abril de 2013. O Fundo encontra-se em funcionamento e regulamentado. A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer é a responsável por sua gestão, sendo seus recursos são provenientes, especialmente, de dotação orçamentária própria.

Os projetos aprovados pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer de Governador Valadares são:

- Copa Praça 2016 Futebol;
- Seminário Municipal;
- Campeonato Distrital.

De acordo com a representante municipal entrevistada, Governador Valadares possui dotação orçamentária específica destinada ao Departamento de Esporte e Lazer, a qual corresponde a 6% do orçamento municipal. Ela informou que, para a promoção, fomento e apoio de iniciativas do setor, a prefeitura utiliza recursos provenientes das seguintes fontes: próprios; obtidos em parceria com os governos estadual e federal; advindos de renúncia fiscal; e apoio não financeiro.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”²² do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS Esporte e Lazer apontou que, em 2013, os gastos orçamentários de Governador Valadares nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,3% do orçamento municipal total. Em 2009, esse percentual era de 0,1% (FJP, 2013), representando um aumento de 0,2% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se que Governador Valadares tem participação efetiva nos Jogos Escolares de Minas Gerais e nos Jogos de Minas Gerais.

Em 2013, a Sociedade Recreativa Filadélfia teve três projetos aprovados, por meio da Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no Edital 02/2013. Entretanto, a instituição proponente não conseguiu captar o recurso financeiro necessário e os projetos não foram realizados.

Em 2015, a Federação Mineira Desportiva de Surdos teve projeto aprovado no Edital 01/2015. Porém, à época do levantamento de campo, o recurso financeiro necessário não havia sido captado e, conseqüentemente, o projeto não foi realizado.

No levantamento realizado em campo, verificou-se que os principais eventos esportivos e/ou de lazer de Governador Valadares são: Corrida Rústica; campeonatos diversos; Ciclismo; Campeonatos de Vão Livre; Copa Brasil de Futebol; Jogos Estudantis de Valadares – JEU; Jogos Interiores JAMIL; Jogos de Minas Gerais; Jogos Escolares de Minas Gerais; Skate; e BMX.

²² O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”²³, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, revela que “a participação do governo municipal de Governador Valadares, com um índice de 186 em 2012, situava-se entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

De acordo com o Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportivo (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009), ano base 2015, Governador Valadares não obteve pontuação. Ainda que seu Conselho esteja cadastrado no sistema e encontre-se ativo, o município não apresentou outros documentos necessários para participar do processo de avaliação (MINAS GERAIS, 2016)

O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, ano civil imediatamente anterior ao de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

Governador Valadares dispõe de espaços públicos dotados de infraestruturas de lazer e entretenimento, tais como as praças, que são importantes referências territoriais e pontos

²³ O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais (FJP, 2013).

de encontro e socialização da comunidade para recreação, descanso, distração, lazer e/ou realização de atividades culturais diversificadas, como apresentações escolares, teatrais, de bandas e outras. Os espaços/equipamentos de esporte e lazer do município são:

- Aete Clube;
- Associação Atlética Banco do Brasil;
- Cinesercla;
- Clube do SESI;
- Colégio NossaSenhora de Lourdes;
- Esporte Clube Democrata;
- Garfo Clube de GV;
- GinásioPoliesportivo do ColégioPresbiteriano;
- Minas Clube de GV;
- Monalisa Jump Bar;
- New House;
- Praça da EstaçãoFerroviaria;
- Praça da Waldinelly;
- Praça de Esportes do Município;
- Praça do Vigésimo;
- Praça dos Pioneiros;
- Praça Euzébio Cabral;
- Praça GV Shopping
- Praça Júlio Soares / Praça da Ilha;
- Praça Mário Rocha;
- Praça Mulher da Boca Aberta;
- Praça Serra Lima;
- Quadraspoliesportivas do Instituto ImaculadaConceição;
- Quadraspoliesportivas do Serviço Social de Transporte;
- Quadraspoliesportivas do Serviço Social do comércio AMRG;
- SociedadeRecreativaFiladélfia;
- Teatro Atiaia;
- Valadares Country Clube.

Tabela 13 Espaços/equipamentos esporte e lazer

Praça da Bíblia



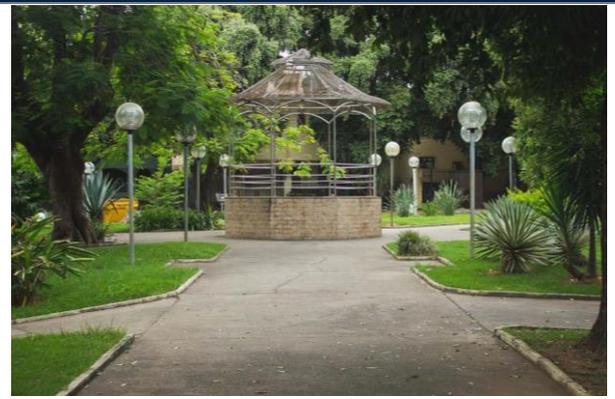
Praça da Estação



Praça Mulher da Bica Aberta



Praça do Coreto





Praça do Quadragésimo



Praça do Vigésimo

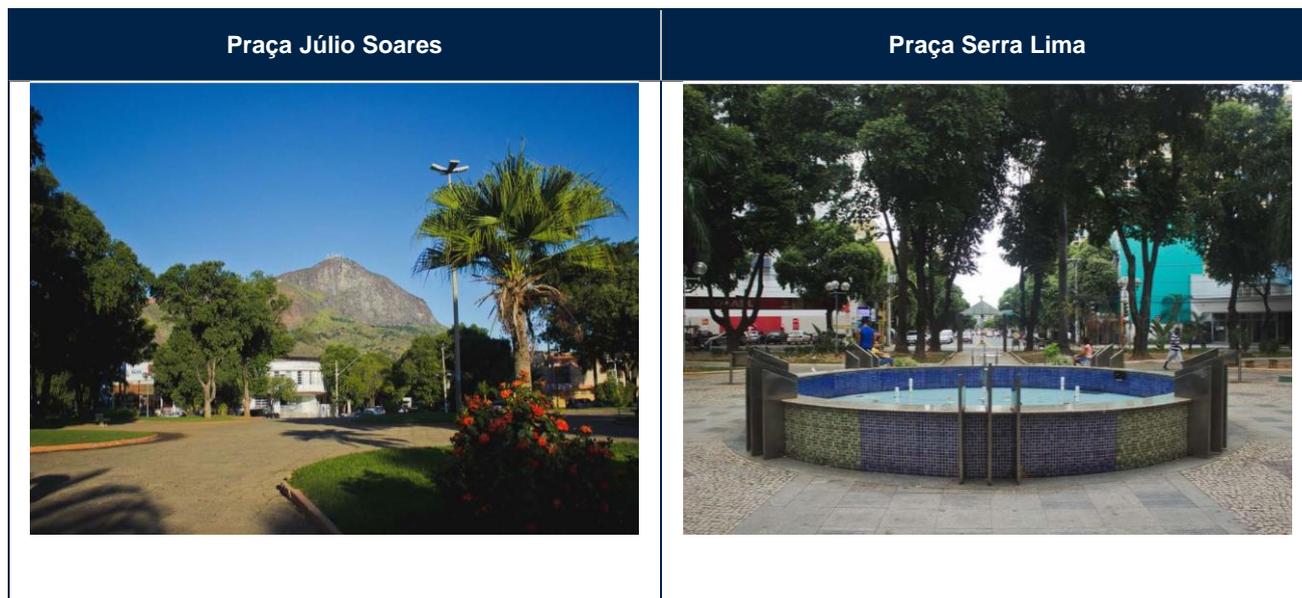


Praça dos Ferrovários



Praça dos Pioneiros





Fonte: Circuito Cultural Trilhas do Rio Doce, 2016

3.2.3.3 Atrativo de Lazer: Pesca

A pesca amadora/esportiva é uma atividade praticada intensamente pelos moradores de Governador Valadares. Aos finais de semana, muitos se deslocam até as corredeiras do rio Doce em busca do peixe dourado e ao reservatório da UHE Baguari para a captura de tilápias, tucunarés e lambaris. Desse modo, verifica-se que os pescadores se constituem no público alvo de alguns empreendimentos comerciais do município, a exemplo da loja “Timburé Camping e Pesca”. Seu proprietário também é presidente da Associação de Pescadores e Amigos do Rio Doce – APARD, que tem desenvolvido projetos junto a órgãos competentes com a finalidade de fomentar a criação de peixes em tanques rede.

3.3 Diagnóstico de Comunidades Rurais próximas ao Rio Doce

O levantamento de campo identificou três comunidades rurais no município de Governador Valadares situadas próximas ao rio Doce, sendo elas Ilha Brava, Derribadinha e Baguari. A localização dessas comunidades está representada na figura a seguir.



Figura 27 Mapa de localização de comunidades rurais próximas ao rio Doce em Governador Valadares

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.3.1 Ilha Brava

A comunidade de Ilha Brava localizada no município de Governador Valadares dista cerca de 12 km da sede. O rio doce está a 870 metros da comunidade e para a população é utilizado para lazer e desenvolvimento de atividades de subsistência.



Figura 28 Comunidade de Ilha Brava

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 29 Posto de saúde na comunidade de Ilha Brava

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

De acordo com a entrevista realizada durante o levantamento de campo, o uso do rio que tem como finalidade o lazer se dá por meio de atividades como a natação, a prática de *jet-ski* e a pesca, que também se constitui em atividade de subsistência para algumas famílias. Além disso, é no rio Doce que realiza-se o batismo evangélico de membros da comunidade.

No levantamento de campo, verificou-se, ainda, haver uma Organização Não Governamental de lavadeiras. Estas utilizam as águas do rio para lavar roupas, o que se constitui tanto em uma atividade econômica como em uma tradição da comunidade.

Ademais, identificou-se a existência de um bar na margem do rio Doce, sendo este responsável pela recepção de turistas e ponto de encontro dos moradores.

3.3.2 Derribadinha

Derribadinha é distrito do município de Governador Valadares criado pela Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953. Localizada a 230 metros da margem direita do rio Doce, seu

povoamento se deu ao redor da estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas (BARBOSA,1996).

Em 2010, sua população era 173 habitantes e a densidade demográfica de 2,78 por km² (IBGE, 2010).



Figura 30 Capela na comunidade de Derribadinha

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

O rio Doce é parte marcante do cotidiano da população, tendo em vista seu uso para atividades de lazer, tais como nado e pesca, que também se constitui em atividade de subsistência para algumas famílias. O batismo evangélico é uma prática desenvolvida nas águas do rio.

Derribadinha possui campo de futebol, sendo este essencial à prática de atividades associadas ao esporte e ao lazer.

O fluxo de turistas para a prática da pesca de lazer fomenta a economia local.

3.3.3 Baguari

Baguari é distrito do município de Governador Valadares, tendo sido criado pela Lei nº 1.039, de dezembro de 1953. Em 2010, sua população era de 1.958 habitantes e a densidade demográfica de 24,03 por km² (IBGE, 2010).



Figura 31 Imagens de Baguari

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Assim como nas demais comunidades lindeiras ao rio Doce do qual dista cerca de 200 metros, em Baguari o rio é parte do cotidiano da população, tendo em vista sua utilização para práticas de lazer, tais como a pesca, a natação e o caiaque. Os atributos naturais do rio atraí expressivo fluxo de visitantes, fomentando o turismo local.

3.4 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*²⁴, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância²⁵. As taxonomias utilizadas foram: I) Governador Valadares E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Governador Valadares E barragem de Fundão. Para Governador Valadares, a utilização das taxonomias gerou inúmeros resultados, tendo sido necessário, portanto, lançar mão de uma amostra. A tabela abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

Tabela 14 Clipping de notícias referente a Governador Valadares

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Moradores de Governador Valadares desconfiam da qualidade da água do Rio Doce	05/02/16	Em Gerais	goo.gl/wKiF2t	Regional	Negativo
Justiça concede limiar para afastar cláusulas abusivas em acordos de indenização dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão em Governador Valadares	21/11/16	MPMG	goo.gl/t1swXm	Regional	Neutro
Ação do MP pede que Samarco forneça água à população de Governador Valadares	19/08/16	Brasil de Fato	goo.gl/ZB7Rfl	Nacional	Negativo

²⁴ goo.gl/46bXSx

²⁵ Período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 11/01/2016.



População será indenizada pelo desabastecimento de água do Rio Doce	26/10/16	Hoje em Dia	goo.gl/npIvMg	Nacional	Negativo
Atingidos e Diocese de Governador Valadares falam sobre o crime ambiental da Samarco após um ano	28/10/16	MAB Nacional	goo.gl/FAHx8Z	Nacional	Negativo
Samarco faz oferta de \$1000 para ficou sem abastecimento	05/11/16	O Tempo	goo.gl/yjzKOJ	Regional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A notícia “Moradores de Governador Valadares ainda desconfiam da qualidade da água do Rio Doce²⁶” relata que, três meses após o Evento, moradores de Governador Valadares tem receio em consumir a água da companhia responsável pelo abastecimento da cidade. “Para os pescadores a tragédia representou o fim de uma história”. A matéria relata, ainda, que com os problemas do rio Doce moradores que vivem da pesca estão sem perspectivas e pedem que a empresa arque com os danos ambientais. Para além disso, a matéria pontua uma denúncia de revenda da água que estaria sendo doada pela Samarco e que um novo golpe estaria sendo implantando às custas do Evento.

O sítio do Ministério Público de Minas Gerais²⁷ divulgou nota sobre ação ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais – MPMG que questiona as cláusulas abusivas em acordos de indenização utilizado pela Fundação Renova na primeira fase do Programa de Indenização Mediada para os moradores de Governador Valadares. Foi constatado que essas cláusulas tinham o objetivo de exonerar “as responsabilidades das empresas

26 goo.gl/wKIF2t

27 goo.gl/t1swXm

responsáveis”, o que implicaria na renúncia dos direitos. A ação obriga que a Fundação cumpra o acordo e prossiga com o Programa de Indenização.

Outra matéria que se refere diretamente ao município de Governador Valadares reforça novamente os problemas ligados à poluição do rio Doce após o rompimento da barragem. Uma ação ajuizada pelo Ministério Público pede que a empresa forneça água a moradores de Governador Valadares e municípios vizinhos. O sítio divulga ainda, estudos realizados pelo MP no qual foram constatados ausência de alumínio e metais pesados no rio. O parecer técnico divulgado pela CEAT diverge do primeiro estudo do MP ao ser constatado “condição inadequada do rio Doce”. A matéria reforça ainda o descumprimento de acordos firmados pela empresa como alugueis e auxílio-financeiro que não estariam sendo cumpridos pela Samarco.

O sítio Hoje em Dia²⁸, em matéria sobre o Evento, relatou que, de acordo com a deliberação da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial, estabeleceu-se o valor base a ser pago à população de Governador Valadares.

A notícia divulgada no sítio do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB²⁹ relata reunião realizada em Governador Valadares junto a representantes da Diocese do município. A reunião objetivou discutir um ano do rompimento da barragem de Fundão e os problemas como poluição do rio Doce, econômicos e sociais. Porém, é interessante perceber que as ações do Movimento ganharam destaque naquilo que se refere aos esforços de mitigação dos efeitos do rompimento da barragem de Fundão e, especialmente, de responsabilização da Samarco. Nesse sentido, deve-se considerar a fundamentação do conteúdo crítico desta notícia, que enfatiza os problemas associados ao abastecimento da água e as consequentes repercussões para os atingidos de Governador Valadares e outros municípios afetados.

28 goo.gl/yjzKOJ

29 goo.gl/FAHx8Z

O jornal O Tempo divulgou em seu site que moradores de Governador Valadares estariam recebendo R\$ 1.000 da Fundação Renova como forma de compensação pelos danos causados por falta de abastecimento de água. O dinheiro, no entanto, só era dado caso o morador assinasse um termo isentando a Samarco de pagar indenizações na justiça pelo desabastecimento. A matéria relata ainda o “medo” dos moradores em aceitarem a proposta e isentarem a mineradora de suas obrigações. Reforça ainda a seca e contaminação das famílias atingidas e um apelo divulgado pela ONU pedindo “medidas urgentes para conter os impactos da tragédia”.

Ademais, todas as notícias da amostra, trazem o nome do município em seu título. Isso reforça a forte associação de Governador Valadares ao Evento e, portanto, o impacto sobre a sua imagem. Sendo a maior parte dessas notícias feitas em mídias de alcance nacional e regional, sugere-se que a proporção de tal impacto é ainda maior.

Finalmente, algumas das notícias trazem imagens relacionadas diretamente ao município, o que significa dizer que se lançou mão do recurso imagético como forma de reforço do conteúdo junto ao leitor e, sendo este conteúdo negativo, deve-se ter maior atenção com tais publicações.

Abaixo, encontra-se a nuvem de termos referentes ao conjunto das notícias aqui analisadas. Nela, pode-se observar que alguns dos termos mais presentes são “Rio Doce”, “Água” “Samarco”, “Governador Valadares”. É interessante destacar que a alta frequência do termo “Água” se coaduna com a análise acima realizada, que enfatiza a relevância dos problemas ligados a falta de abastecimento de água em Governador Valadares. Ainda que tenham sido encontrados termos essencialmente negativos, a exemplo de “crime” observa-se que o mesmo não é dominante.



Figura 32 Nuvem de termos referente ao clipping de Governador Valadares

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.5 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Governador Valadares é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo³⁰, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015. A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes,

30 goo.gl/hBGDKp

mas recentes. Além disso, sendo a Conectas³¹ e a Onda Política³² as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs³³ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³⁴, que conta com artigos, experimentos, relatórios e base de dados.

Tabela 15 Síntese citações acadêmicas – Governador Valadares

Município de Governador Valadares		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Sim
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/1TTPL2	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/pITJEn	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Sim
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

31 goo.gl/BcEHVc

32 goo.gl/x1VYhC

33 Organização Não Governamental

34 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

Na tabela acima, é possível observar que Governador Valadares foi mencionado em três das publicações do recorte. “A tragédia do Rio Doce- A Lama, o povo e a água”³⁵ trata-se de estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora. O documento dedica uma sessão para retratar os problemas enfrentados pela população de Governador Valadares naquilo que se refere ao abastecimento de água após o rompimento da barragem de Fundão.

Em “PoEMAS³⁶ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³⁷, de dezembro de 2015, as informações sobre o Evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil³⁸.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁹. No documento, observa-se que a menção a Governador Valadares se trata de uma listagem⁴⁰. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento. Em outras menções, são pontuados os problemas da poluição na bacia do rio Doce e os estudos realizados no rio para aferir a qualidade da água.

35 goo.gl/sximc2

36 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

37 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

38 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

39 goo.gl/Ry1Shs Copy short URL

40 Página 55.



Por último, no artigo “POEMAS | Pedras de sangue e choro maculam a vertente”⁴¹, há somente uma menção a Governador Valadares, que se dá em listagem junto a outros municípios atingidos. A publicação traz, ainda, informações sobre a Caravana Territorial da Bacia do rio Doce, que teve a participação de movimentos sociais, Organizações Não Governamentais – ONGs, grupos acadêmicos, entre outros. A caravana foi a Governador Valadares, que recepcionou uma reunião para discutir o rompimento da barragem de Fundão.

41 goo.gl/1p3qra



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

Considerando os instrumentos de planejamento do turismo em Governador Valadares, tem-se que a estrutura da gestão municipal está estabelecida conforme as diretrizes nacional e estadual. Desse modo, verifica-se que o desenvolvimento do setor perpassa pela estruturação e implementação de quatro instrumentos centrais: Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); Plano Municipal de Turismo (PMT); Fomento da atividade turística (FUMTUR) e ICMS Turístico.

Governador Valadares possui órgão de financiamento e fomento ao turismo, tendo este sido instituído pelo poder público municipal e regulamentado por lei (Lei nº 5.252 de 2003). Seu objetivo é fornecer suporte e apoio financeiro para a implantação e a manutenção dos projetos e programas relacionados ao setor Turismo.

A política de fomento ao turismo de Governador Valadares, importante vetor de desenvolvimento do setor no município, visa a “estimular a elaboração dos planos de gestão dos atrativos turísticos e a adoção das medidas necessárias ao aprimoramento das atividades ou empreendimentos turísticos, mediante processo de normatização e licenciamento”. O município possui ainda, Lei de Incentivo Fiscal ao Turismo (Lei nº 4.169/1995).

Diante disso, reforça-se a constatação de que o turismo é muito importante para o município, pois, de acordo com o gestor público entrevistado, “é um setor que movimenta tudo, uma cadeia produtiva, contribuindo para o desenvolvimento da cidade. Abre várias possibilidades”.

As principais potencialidades observadas para o turismo em Governador Valadares são: escola de vocação para esportistas; praças de esportes; pistas de caminhada; academia ao ar livre; teatro e quadras municipais; e espaços para eventos. Outras potencialidades são a Açucareira, o Parque Municipal, o Museu da Cidade, a Biblioteca Municipal, a exploração do Pico do Ibituruna pela prática de vôo livre, o estádio de futebol e os campeonatos de esportes. Sendo assim, verifica-se que as características marcantes do turismo municipal

são: negócios, aventura, religioso, lazer e cultural. Destaca-se, portanto, que Governador Valadares possui potencialidades em vários atrativos e equipamentos para o desenvolvimento de segmentos diversos.

Já as principais fragilidades do setor são: falta de investimentos; dificuldade em corpo técnico específico na prefeitura para o fomento do setor; e falta de profissionais capacitados em todas as instâncias, pública e privada. Para o gestor público entrevistado, não há parcerias concretas entre o poder público e a iniciativa privada, isso, porque há pouco diálogo entre as partes. Com relação à oferta de infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (tais como hotéis, restaurantes e bancos) observa-se a necessidade de maior capacitação, bem como de uma reestruturação concernente aos altos preços praticados atualmente.

4.2 Cultura

Governador Valadares apresenta diversidade cultural e ampla oferta de atividades artísticas e culturais em inúmeras áreas.

A política cultural do município tem avançado na direção do preconizado pela estruturação sistêmica nas instâncias estadual e federal, já tendo elaborado as legislações e instrumentos necessários para tanto. Nesse sentido, observa-se a necessidade de se avançar no sentido da construção, com a participação da comunidade, do Plano Municipal de Cultura, bem como do sistema de financiamento, com legislação e Fundos de patrimônio e cultura.

Por outro lado, é importante realçar que a maior parte do orçamento municipal para a cultura é destinado ao custeio, especialmente pagamento de pessoal, restando poucos recursos para programas e políticas culturais, para a proteção e promoção do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial.

Constatou-se, ainda, que as parcerias com a iniciativa privada para o financiamento da cultura são pontuais e de pequeno fôlego. Alguns grupos e projetos, antes em desenvolvimento, encerraram suas atividades por falta de patrocínio. Também os festivais de jazz, música e teatro estão desativados devido à falta de apoio financeiro. De fato, o

gestor público entrevistado apontou como a principal dificuldade para a cultura local a falta de financiamento e de recursos.

Nesse sentido, um avanço importante tem sido o aumento da pontuação do município na política do ICMS Patrimônio Cultural, o que poderá gerar mais recursos e incrementar a ação cultural e a proteção do patrimônio no município.

4.3 Esporte e Lazer

Governador Valadares apresenta gestão das políticas de esporte e lazer parcialmente estruturada, sendo as mesmas coordenadas pelo Departamento de Esporte e Lazer.

O município possui Fundo Municipal de Esportes, ativo e representativo, com projetos aprovados nos últimos anos. Possui, ainda, legislações que apoiam e incentivam a política esportiva e de lazer local.

À época do levantamento realizado pela Expressão Socioambiental, verificou-se que o Plano Municipal de Esportes estava em vias de elaboração. Entretanto, o município dispõe de dotação orçamentária específica, sendo 6% do orçamento municipal destinado ao Departamento de Esporte e Lazer.

Governador Valadares tem participação em três programas promovidos pela Secretaria de Estado de Esportes: Jogos Escolares de Minas Gerais, Jogos de Minas Gerais e Lei de Incentivo ao Esporte Estadual. O município teve cinco projetos aprovados nos últimos três anos na Lei de Incentivo ao Esporte Estadual. Todavia, nenhum desses projetos foi executado até o final do ano de 2016, observando-se ainda, que nenhum dos projetos aprovados foi proposto pela prefeitura.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer tem grande importância na organização da gestão pública local. Tal órgão é exigência para a participação do município no ICMS Solidário – Critério Esportivo, que permite aumento no investimento em atividades esportivas. Entretanto, Governador Valadares não participa deste programa, uma vez que não cumpriu todos os requisitos necessários à obtenção de pontuação.

A representante municipal entrevistada avalia que o esporte é muito importante para o município. Ela compreende que a cidade dispõe de boa infraestrutura física e de características que oferecem diversas opções para a realização das diversas modalidades esportivas: vôo Livre, atletismo, Pico do Ibituruna, Ciclismo, Futebol, Futsal, Natação, Jiu-Jitsu, Muay Tai, Canoagem e Trekking. São estes atributos, portanto, as maiores potencialidades para o desenvolvimento do esporte no município. Além disso, o maior canoísta do Brasil é de Governador Valadares. Contudo, a falta de recursos financeiros, para garantir continuidade das atividades, foi citada como uma das principais fragilidades para o desenvolvimento do esporte local.

A entrevistada afirmou que o lazer também é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Governador Valadares, pois propicia a realização de atividades que conduzem para o esporte de competição, além de favorecer a manutenção do bom estado de saúde da população. Os vários locais propícios ao lazer, tais como, os diversos equipamentos das 29 Academias ao Ar Livre, Praça de Esporte, Estação Olímpica e os Centros Sociais são as maiores potencialidades observadas para o desenvolvimento do Lazer no município. No entanto, o baixo orçamento e os poucos investimentos em mais opções de lazer, praças e outros equipamentos além da falta de conhecimento e responsabilidade das lideranças comunitárias e da comunidade como um todo são considerados pela entrevistada as principais fragilidades observadas para o desenvolvimento do lazer local.

Ainda de acordo com a representante municipal entrevistada, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer são:

- Repasse para o Fundo Municipal;
- Apoiar a cidade para mudança de imagem;
- Investimentos no turismo, esporte, eventos, caminhadas no Ibituruna para contemplar o meio ambiente.



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



Além disso, a partir do diagnóstico elaborado foi possível observar que a capacitação profissional dos agentes públicos com a apresentação de programas existentes nas esferas estadual e federal, tais como Lei Estadual e Federal de Incentivo ao Esporte e ICMS Solidário – Critério Esportivo, que são importantes meios de captação de recursos financeiros, e a ampliação dos investimentos em programas de esporte e lazer com atividades contínuas e diversificadas, aproveitando a boa infraestrutura do município, são medidas necessárias para a elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 16 Tabela 16.

Tabela 16 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 17 Modelo planilha de identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/Localização	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis												
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
	Impacto sobre Bens Móveis												
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
	Alteração de Costumes Locais												
	Alteração na Agenda Cultural												
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
	Alteração do Calendário Esportivo												
	Alteração de atividades de entidades esportivas												
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização												
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A figura abaixo apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.

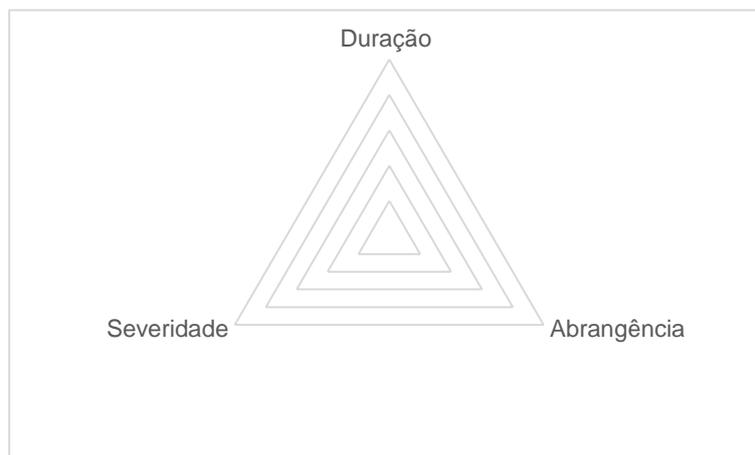


Figura 33 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 34, a seguir:

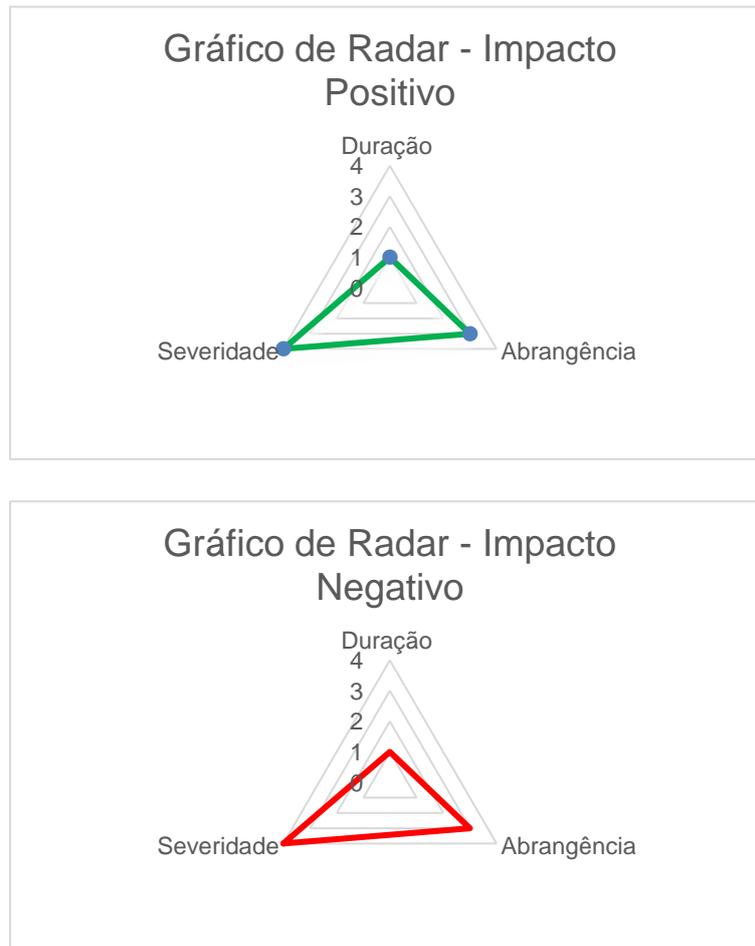


Figura 34 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 35 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

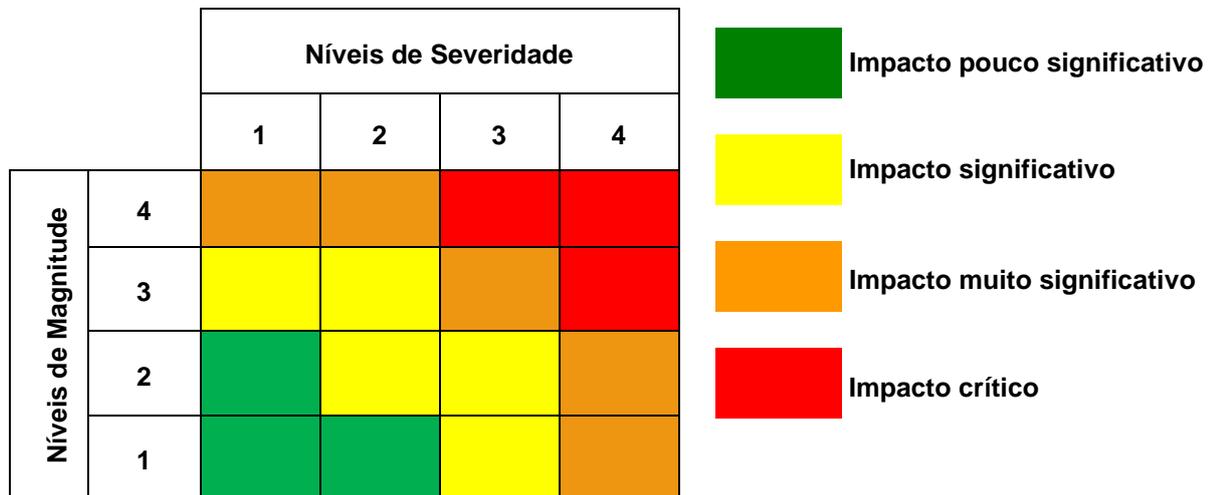


Figura 35 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;

- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);



- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.



Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.



5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

5.2.1 Impacto na Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado os meios de comunicação e a ciência. As informações e mensagens difundidas, bem como os resultados dos estudos e pesquisas realizadas revelam importantes aspectos sobre o Evento, mas podem, por outro lado, impactar negativamente a imagem dos municípios atingidos.

Para avaliar a repercussão do Evento e seus eventuais impactos na imagem do município foi elaborado um *clipping* de notícias por meio de pesquisas no principal sítio de busca da *internet*, o *google*, e também um recorte amostral da produção acadêmica, conforme apresentado na seção de diagnóstico.

Dentre as seis matérias jornalísticas que compuseram a amostra do “clipping de notícias”, cinco apresentaram teor “negativo”, ao passo que em uma a abordagem pode ser considerada “neutra”. Observa-se também que três matérias foram veiculadas em órgãos de alcance regional e três em órgãos de alcance nacional.

Observa-se que todas as matérias da amostra apresentam o nome de Governador Valadares em seu título e realizam abordagens específicas sobre aspectos relativos ao Evento de rompimento da barragem de Fundão, suas consequências, ações mitigadoras ou definições dos órgãos competentes acerca destas. Salienta-se que algumas dessas matérias apresentam imagens do município. Essas abordagens contribuem sobremaneira para a associação do município ao Evento, impactando negativamente sua imagem. O fato dessas matérias terem sido veiculadas em mídias de alcance regional e nacional sugere que a expressividade de tal impacto seja ainda maior.

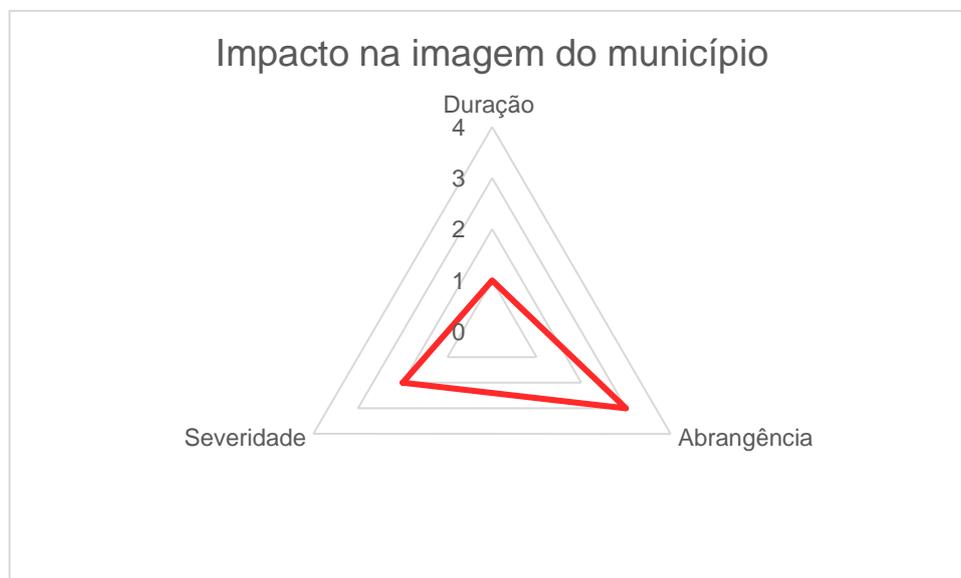
Na nuvem de termos observa-se que os mais frequentes são “Rio Doce”, “Água” “Samarco”, “Governador Valadares”. Ressalta-se que a alta frequência do termo “Água” está relacionada aos problemas de abastecimento de água em Governador Valadares

após o Evento. Embora tenham sido encontrados termos de cunho “negativo”, a exemplo de “crime”, esses se apresentam com menor frequência.

A análise da produção acadêmica evidencia que o município é mencionado em três dentre os oito estudos que compõem o recorte amostral. Conforme exposto na seção de diagnóstico, nesses estudos as abordagens e/ou menções a Governador Valadares se realizam: (i) apontando os problemas enfrentados pela população do município com o abastecimento de água após o Evento; (ii) em menções aos municípios atingidos ou para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento; (iii) em estudo de aferição da qualidade da bacia do Rio Doce; ou, por fim, (iv) em análise acerca da Caravana Territorial da Bacia do rio Doce, organizada por movimentos sociais com o objetivo de conhecer os impactos do Evento e se organizar com vistas ao alcance dos direitos socioambientais face aos impactos do Evento.

Considerando, pois, as matérias jornalísticas e os estudos acadêmicos observa-se que o impacto na imagem do município de Governador Valadres é negativo (IN), indiretamente relacionado ao Evento de rompimento da barragem de Fundão (II), de abrangência municipal (3) e médio prazo (2). A sua severidade é avaliada como média-alta (3), dado o expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento, nas quais este estão associados ao município. Salienta-se que Governador Valadares encontra-se no cerne das matérias jornalísticas e debates acadêmicos como município diretamente afetado pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão.

Gráfico 2 Impacto na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas a abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo.

5.2.2 Impacto Ambiental e na Paisagem

O rio Doce banha boa parte do território de Governador Valadares e, por isso, se constitui em um importante elemento de organização espacial e paisagística municipal. Para além desse atributo, o rio Doce é para a população do município um lugar de contemplação, de lazer, prática de esportes tais como caiaque e pesca esportiva amadora. Ele compõe a paisagem do município, atravessando a sua porção urbana.

A beleza da paisagem que compõe o percurso do Rio Doce em Governador Valadares, desperta a paixão de valadarenses e moradores da região, os quais a tomam como objeto de cantigas e poemas.

Destaca-se o fato de que o sistema viário local possibilita a travessia do rio Doce por meio de ponte que conecta a zona central da cidade ao bairro Ilha dos Araújos, assim como sugere o nome, um lugar envolto pelas águas do rio. No referido bairro se concentram diversos estabelecimentos e serviços públicos e privados – bares, casas noturnas, restaurantes, pista de caminhada – e expressiva parcela da população residente no município. A Ilha dos Araújos é, pois, lugar de contemplação da natureza, realização de práticas esportivas, entretenimento e movimentada vida noturna, inclusive ao longo da orla do rio.



Figura 36 Vista área do rio Doce, em Governador Valadares, após o Evento

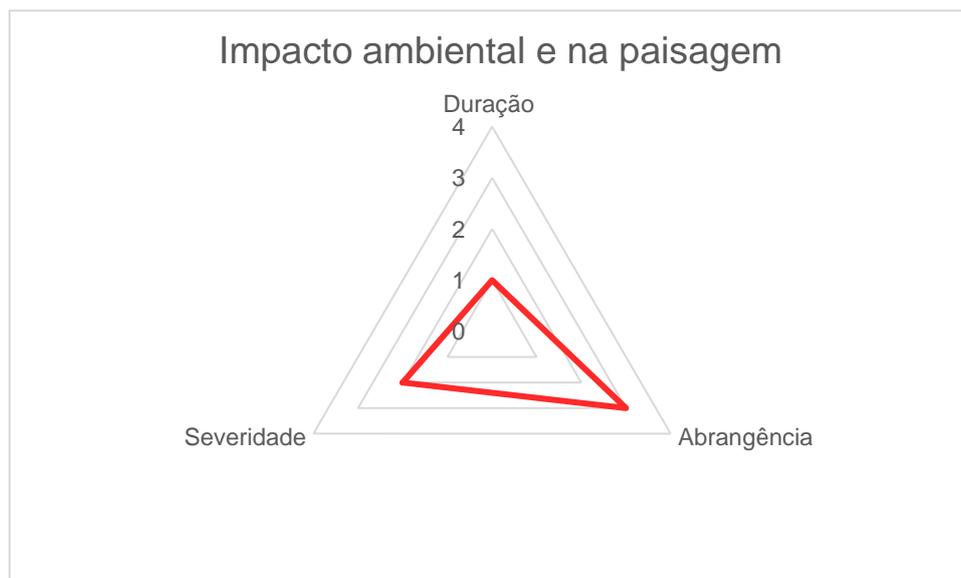
Fonte: goo.gl/kjUaL

O cenário ora descrito foi impactado pela lama despejada na calha do Rio Doce em decorrência do Evento. Com efeito, um dos principais cartões postais de Governador Valadares ficou com suas águas em tom alaranjado, alterando a configuração da paisagem composta pelo Rio e suas imediações.

Trata-se, pois, de um impacto de natureza negativa (IN), diretamente decorrente do rompimento da barragem de Fundão (ID), de abrangência municipal (3), e longa duração

(3). Avalia-se a sua severidade como média-alta (3), porque o Evento afetou o ambiente e a paisagem.

Gráfico 3 Impacto ambiental e na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas a abrangência e a severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo.

5.2.3 Impacto sobre Atrativos Turísticos Naturais

Conforme exposto na seção de diagnóstico deste relatório, o rio Doce é um dos principais atrativos turísticos naturais de Governador Valadares, em função entre outros fatores da riqueza da sua biota aquática e da beleza cênica na composição da paisagem em seu trajeto no território municipal. Contribui para isso, a presença de diversas ilhas ao longo do seu leito.

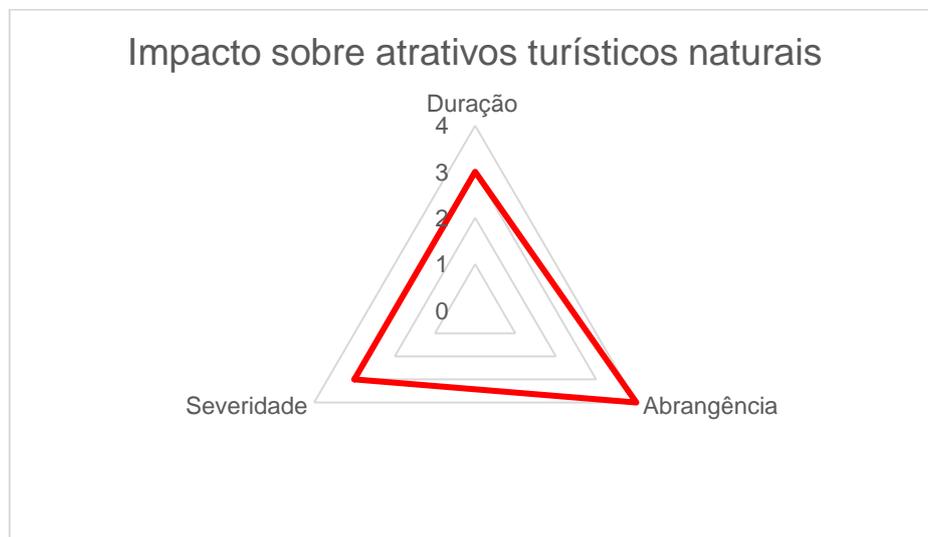
Além dos diversos usos propiciados à população valadarensense e da sua relevância como símbolo identitário da coletividade, o rio Doce se constitui em um importante atrativo turístico do município. Como tal, o rio Doce estimula a visitação de pessoas da região e do país para a contemplação da sua beleza, a prática de atividades esportivas e de lazer e a realização de ritos religiosos em suas águas, entre outras atividades.

A contaminação de suas águas e a deposição de resíduos em suas margens afetou significativamente a riqueza da sua biota e a paisagem, retirando-lhe em boa medida o potencial atrativo para visitação turística. A pesca amadora e a prática de esportes náuticos foram deste então interditadas, inclusive as etapas estadual e nacional do campeonato de caiaque que nele se realizavam.

Ademais, a deposição dos rejeitos na calha do Rio Doce afetou o abastecimento de água do município, inclusive da estrutura de bens e serviços turísticos locais.

Portanto, o impacto sobre esse atrativo natural é de natureza negativa (IN), diretamente decorrente do rompimento da barragem de Fundão (ID), de abrangência regional (4), uma vez que é acessado por turistas da região. Avalia-se que o impacto em questão é longo prazo de duração (3), porque, estima-se, o restabelecimento das condições ambientais desse atrativo natural demandará um período de tempo superior a cinco anos. Quanto à severidade do impacto, avalia-se a mesma como média-alta (3), tendo havido interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Gráfico 4 Impacto sobre atrativos turísticos naturais



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como crítico.

5.2.4 Impactos Econômicos no Setor de Turismo

O município de Governador Valadares é reconhecido por seus atrativos naturais, a exemplo do rio Doce e do Pico do Ibituruna; por integrar a agenda estadual e nacional de eventos esportivos, notadamente os campeonatos de voo livre, de caiaque e profissional de futebol; e, além disso, por dispor de eventos artístico-culturais anuais, que movimentam a cidade, a exemplo do GV Folia, da Exposição Agropecuária de Governador Valadares, realizado pela União Ruralista Rio Doce – URRD, em sua 47ª edição em 2016, e do Valadares Jazz Festival, cuja 17ª edição foi realizada em 2015. Esses fatores associados contribuíram para a formação de uma completa infraestrutura de bens e serviços turísticos no município.

O Evento ocasionou impactos negativos em diversos segmentos da cadeia de bens e serviços de turismo em Governador Valadares – meios de hospedagem, serviços e

equipamentos de alimentos e bebidas, equipamentos para eventos, serviços e equipamentos de transportes turísticos, e agências de turismo.

Nas pesquisas de campo foram realizadas entrevistas com gestores de instituições dos setores público e privado que atuam com vistas ao desenvolvimento da atividade turística em Governador Valadares, a saber: Centro de Atendimento ao Turista; Conselho Municipal de Turismo; e Circuito Turístico Trilhas do rio Doce. Todos eles afirmaram que a dinâmica do turismo local foi afetada pelos problemas relacionados ao abastecimento e à qualidade da água após o Evento. Com efeito, o número de turistas, a arrecadação financeira coma atividade e o número empregos diretos e indiretos gerados pelas atividades turísticas declinaram.

Em termos de ações mitigadoras os supracitados entrevistados apontaram o fornecimento de água mineral e, de modo específico, o representante do Circuito Turístico Trilhas do rio Doce, informou ter sido firmada parceria com a Secretaria do Estado de Turismo, que destinou verba para a realização de marketing publicitário do circuito.

A seguir avaliam-se os impactos econômicos no setor do turismo em Governador Valadares, abordando de modo distinto os seus efeitos em diferentes segmentos.

5.2.4.1 Meios de Hospedagem

Dos 37 meios de hospedagem inventariados em Governador Valadares, 32 informaram ter recebido impactos decorrentes do Evento, alterando as rotinas de seus estabelecimentos, sobretudo em razão dos problemas relacionados ao abastecimento de água no município, a saber: escassez de água, água imprópria para consumo e lençóis e vasos sanitários amarelados devido ao tratamento realizado na água. Informa-se que seis dentre os empreendimentos que teriam sido impactados, afirmaram que não foi realizada nenhum tipo de intervenção para melhoria da condição dos empreendimentos impactados e dois afirmaram que já possuíam poço artesiano. Aqueles que afirmaram terem havido esforços com vistas à mitigação dos impactos relacionados ao Evento, informaram que estes consistiram do fornecimento de água potável, por meio de

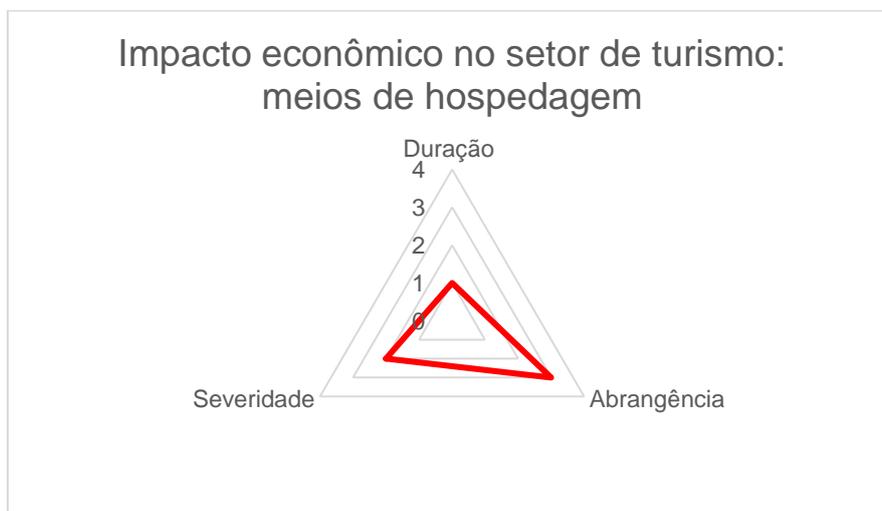
caminhão pipa, e/ou água mineral, perfuração de poços artesianos, compra de caixas d'água maiores e planejamento da troca de equipamentos e enxoval danificados.

Os problemas relacionados ao abastecimento e à qualidade da água acarretaram queda no número de hóspedes e de receita, efeito identificado em 31 dos 32 estabelecimentos inventariados. Segundo os entrevistados, o percentual dessas quedas variou de 20% a quase 100%, dependendo do empreendimento e da época. Por sua vez, a queda nas receitas dos empreendimentos teria impactado a geração e a manutenção de empregos; seis empreendedores afirmaram que precisaram diminuir o número de empregados.

Por fim, os meios de hospedagem foram impactados também em função da diminuição de clientes relacionados à prática da pesca esportiva, da dificuldade de comprar pescado da região e, ainda, em função da desconfiança de clientes em relação aos peixes servidos nos estabelecimentos.

Trata-se de um impacto de natureza negativa (IN), diretamente decorrente do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (ID), de abrangência municipal (3) e longo prazo de duração (3). Uma vez tendo produzido elevada alteração sobre as questões turísticas sob o viés econômico avalia-se como média-alta a severidade deste impacto (3).

Gráfico 5 Impacto econômico no setor de turismo: meios de hospedagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas a abrangência e a severidade deste impacto sobre os meios de hospedagem avalia-se o mesmo como muito significativo.

5.2.4.2 Serviços e Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Empreendedores de noventa e oito estabelecimentos do segmento de Alimentos e Bebidas informaram ter recebido impacto direto no abastecimento de água em razão da atual condição do rio Doce. Além da falta de água por um período, foi apontada a impossibilidade de consumo da água, o mal cheiro do rio, o cancelamento de evento, a impossibilidade de funcionamento de máquina de refrigerantes e o fechamento de estabelecimentos por alguns dias. Quatro dos empreendedores que relataram ter recebido impactos afirmaram que não fizeram intervenções visando melhorias, quatro informaram que já possuíam poços artesianos e um grande reservatório de água. Os estabelecimentos que funcionam no Shopping, conforme apurado em campo, utilizaram dos poços artesianos do próprio estabelecimento e de um restaurante do hotel próximo. Os demais empreendedores que afirmaram ter recebido impactos afirmaram terem ocorrido intervenções com o objetivo de enfrentar o problema de abastecimento e de qualidade da água: perfuração de poços artesianos, disponibilização de água mineral e/ou potável por meio de caminhão pipa e compra de filtros.

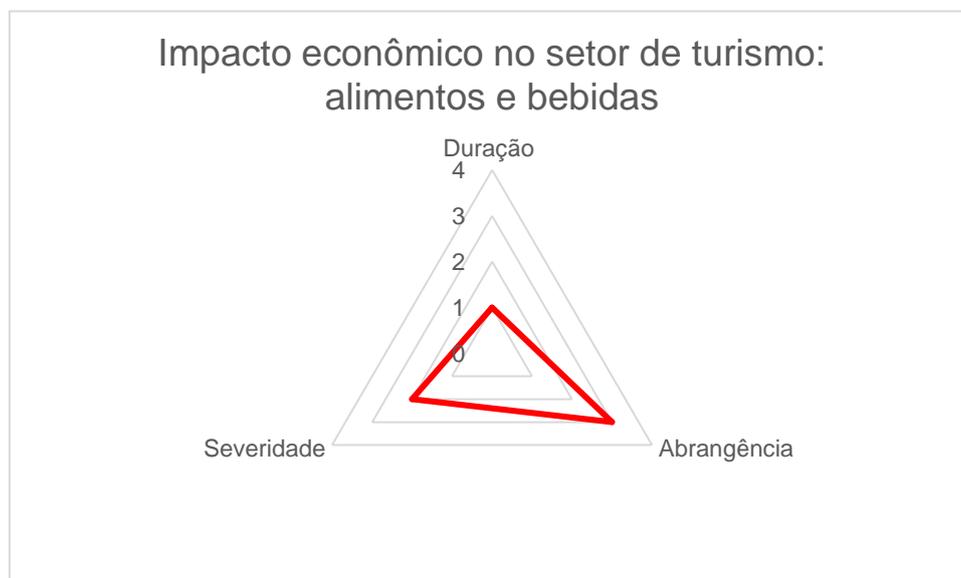
Dentre os empreendedores deste segmento, 96 afirmaram terem registrado queda no número de clientes e, por conseguinte, na receita de seus respectivos estabelecimentos. No período crítico um estabelecimento chegou a contar com diminuição de 80% em seu faturamento, relatou seu proprietário. Alguns empreendedores afirmaram que, após um ano de ocorrência do Evento, o faturamento permanece nos patamares a que declinaram, ao passo que uma outra parcela afirmou que o faturamento foi restabelecido ao patamar anterior ao Evento.

Destaca-se que 23 dos estabelecimentos inventariados precisaram diminuir o número de empregados em decorrência da queda no número de clientes e da receita após o Evento. Por fim, questionados sobre a relação dos impactos percebidos no estabelecimento com a pesca amadora na região, dois empreendedores entrevistados afirmaram que os

clientes passaram a ter desconfiança em relação à procedência dos peixes e um terceiro afirmou que deixou de comprar o pescado.

Trata-se de um impacto de natureza negativa (IN), diretamente decorrente do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (ID), de abrangência municipal (3) e longo prazo de duração (3). Uma vez tendo produzido elevada alteração sobre as questões turísticas sob o viés econômico avalia-se como médio-alta a severidade deste impacto (4).

Gráfico 6 Impacto econômico no setor de turismo: alimentos e bebidas



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas a abrangência e a severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como crítico.

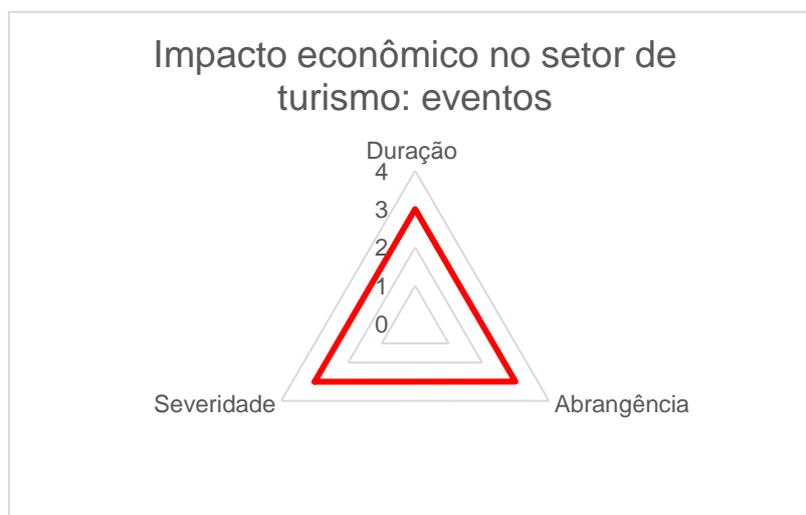
5.2.4.3 Equipamentos de Eventos

Assim como nos segmentos de hospedagem e de alimentos e bebidas, os estabelecimentos que se dedicam à organização de eventos também perceberam

alterações em sua dinâmica de funcionamento e resultados financeiros, em decorrência da escassez e da piora da qualidade da água em Governador Valadares. Neste segmento, 21 responsáveis por empreendimentos de eventos relataram alteração e/ou cancelamento de suas atividades após o rompimento da barragem de Fundão. Como solução paliativa para abastecimento de água esses empreendedores solicitaram o fornecimento de água mineral e/ou caminhão pipa e perfuração de poços artesianos. Um dos empreendedores entrevistado relatou ter adotado como medida alternativa o adiamento de eventos até que a situação se normalizasse. Dentre os empreendedores desse segmento de atividade turística, 17 afirmaram terem registrado queda no número de clientes e, por conseguinte, na receita de seus respectivos estabelecimentos em decorrência do Evento. Por fim, três empreendedores afirmaram que foi necessário reduzir o quadro de funcionários em razão dos impactos recebidos.

Tem-se, pois, um impacto de natureza negativa (IN), diretamente decorrente do rompimento da barragem de Fundão (ID), de abrangência municipal (3), e curto prazo de duração (1). Face às características dos impactos no segmento de eventos, avalia-se como média a severidade do mesmo (2).

Gráfico 7 Impacto econômico no setor de turismo: eventos



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

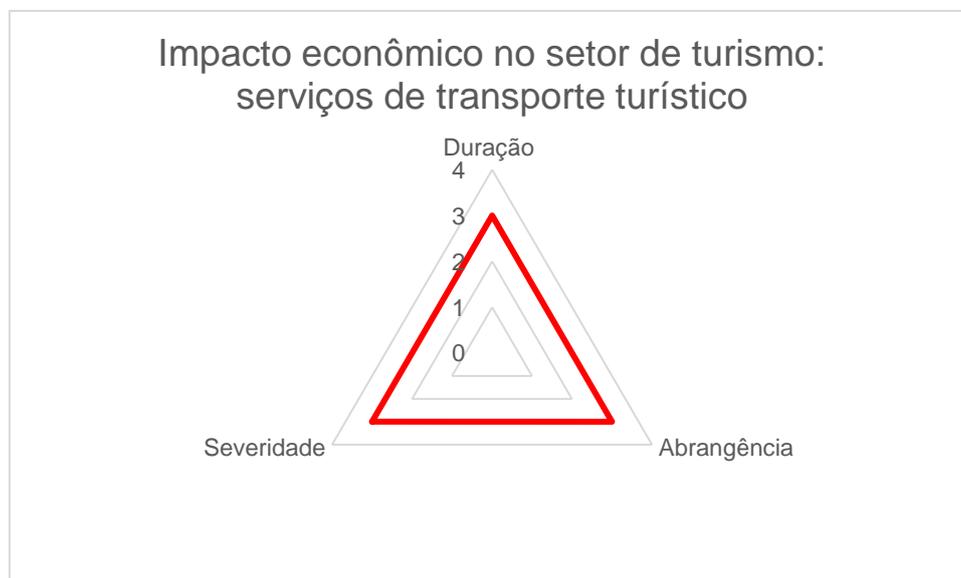
Consideradas a abrangência e a severidade do impacto econômico no segmento de eventos, avalia-se o mesmo como significativo.

5.2.4.4 Serviços e Equipamentos de Transportes Turísticos

A interrupção no fornecimento de água após o Evento também impactou oito estabelecimentos de prestação serviços de transportes turísticos no município de Governador Valadares. Segundo os empreendedores entrevistados, a falta de água impossibilitou lavar os carros e ônibus para a entrega aos clientes, gerou cancelamento de viagens e impossibilitou os funcionários de lavar os uniformes. Todos empreendedores entrevistados relataram desconhecer intervenções com vistas à mitigação dos impactos recebidos. Sete empreendedores informaram que houve evasão de clientes e turistas e diminuição de receita e em decorrência dos efeitos do Evento. Dois empreendedores afirmaram, ainda, que houve diminuição no quadro de funcionários em consequência dos impactos recebidos após o rompimento da barragem de Fundão.

Tem-se, pois, um impacto de natureza negativa (IN), diretamente decorrente do rompimento da barragem de Fundão (ID), de abrangência municipal (3), e curto prazo de duração (1). Face às características dos impactos nos serviços de transporte turístico, avalia-se como média a severidade do mesmo (2).

Gráfico 8 Impacto econômico no setor de turismo: serviços de transporte turístico



Fonte: Expressão Sociomambiental, 2016

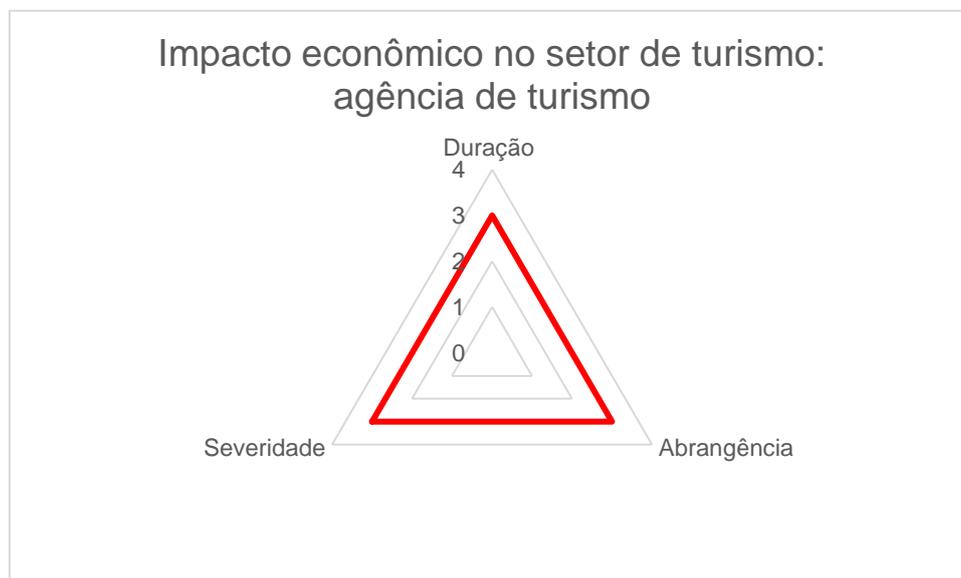
Consideradas a abrangência e a severidade do impacto econômico nos serviços de transporte turístico, avalia-se o mesmo como significativo.

5.2.4.5 Agências de Turismo

Três representantes de agências de turismo do tipo emissivo, inventariadas em Governador Valadares, afirmaram ter recebido impactos relacionados ao Evento. Enquanto dois entrevistados relacionam o impacto à interrupção no abastecimento e à qualidade da água, o terceiro informa que viagens foram canceladas. Dois dos entrevistados afirmaram também que foram realizadas intervenções para a mitigação dos impactos recebidos: abastecimento de água mineral e ações de marketing no rádio. Embora não tenha afetado os empregos dos estabelecimentos que representam, os entrevistados, afirmaram ter havido queda no número de clientes atendidos e, por conseguinte, na receita de seus respectivos estabelecimentos.

Trata-se de um impacto de natureza negativa (IN), diretamente relacionado ao Evento de rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (ID), de abrangência municipal (3) e curto prazo de duração (1). Considerados as características do impacto em tela avalia-se mesmo média a severidade do mesmo (2).

Gráfico 9 Impacto econômico no setor de turismo: agência de turismo



Fonte: Expressão Sociomambiental, 2016

Consideradas a abrangência e a severidade do impacto econômico nos serviços de transporte turístico, avalia-se o mesmo como significativo.

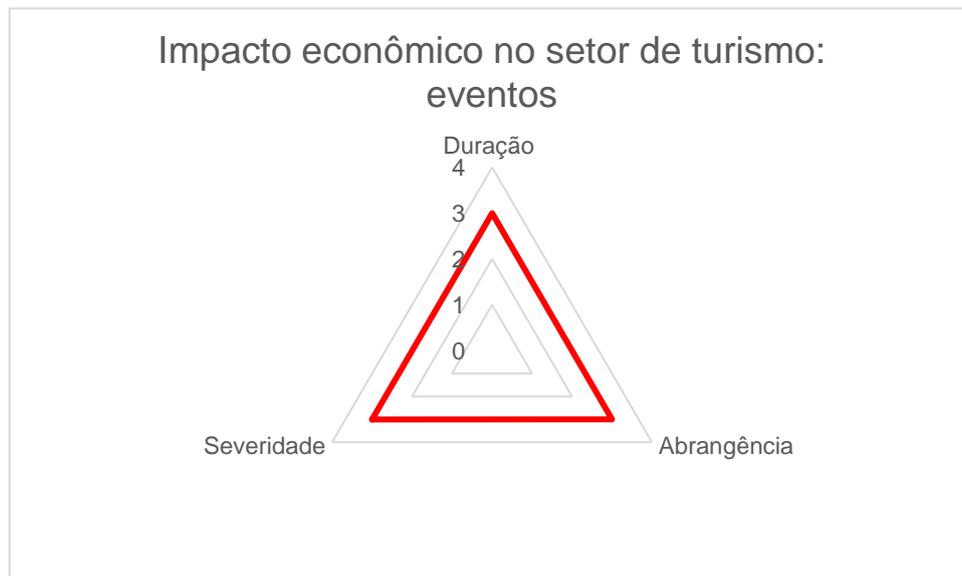
5.2.5 Alteração na Agenda Cultural

As pesquisas em fontes de dados primários e secundários possibilitaram apurar que não houve comprometimento de edificações, espaços ou equipamentos de cultura ou bens e de objetos representativos da história e da memória local, por consequência do Evento. Todavia, houve alteração no calendário de eventos locais, com o cancelamento da edição

do “Valadares Jazz Festival” no ano de 2016. O produtor do evento informou, em entrevista, que houve perda econômica para o referido festival de jazz, que “deixou de captar recursos” para a sua realização “devido ao grau de comprometimento que a cidade se encontrava”. Conforme anteriormente informado, em 2015 fora realizada no município a 15ª edição do referido festival de jazz. Trata-se, portanto, de um evento consolidado na agenda nacional de festivais jazz, que vem compondo a sua programação com renomados artistas do cenário brasileiro.

Tem-se, pois, um impacto de natureza negativa (IN), indiretamente decorrente do rompimento da barragem de Fundão (II), de média magnitude (2) e curto prazo de duração (1). Avalia-se a sua severidade como baixa (1).

Gráfico 10 Alteração do calendário cultural



Fonte: Expressão Sociomambiental, 2016

Consideradas a abrangência e a severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como pouco significativo. Embora o evento impactado seja muito relevante para agenda local,

não se apuraram em termos proporcionais expressivas alterações do calendário cultural do município.

5.2.6 Alteração de Costumes Locais

O rio Doce atravessa o território valadarense e se constitui em importante elemento da organização espacial e temporal de sua população. O rio compõe a paisagem urbana do município e ao longo da história de formação deste se configurou como lugar de captação de água para o consumo da população em diversas atividades, contemplação, pesca, prática esportiva, lazer, manifestação religiosa, dentre outros usos. Símbolo identitário do município, o rio Doce continua sendo objeto de inúmeras cantigas, poesias, histórias e estórias, o que expressa a relação afetiva de sua população com esse bem natural⁴².

A contaminação das águas do rio Doce pelos rejeitos da barragem de Fundão, ocasionou diversas alterações de costumes e tradições comunitárias locais ao interferir nas relações com o espaço e com o tempo, histórica e culturalmente construídas pelos moradores de Governador Valadares. Embora parte dessas alterações se manifeste de modo difuso, identificam-se costumes e práticas cotidianas cujos impactos decorrentes do Evento se fazem mais evidentes, a saber, os costumes associados às práticas esportivas, à pesca amadora, à religiosidade, ao entretenimento, e ao lazer.

O Evento interferiu também de forma abrupta nas relações socioculturais e afetivas historicamente estabelecida pela população valadarense com o rio. Ressentida com a quebra súbita dos vínculos com o rio uma moradora entrevistada afirmou que “o rio está morto”, ao que seguiu a lamentação de que, ao contrário dela e do filho, sua neta não

⁴² Expressão disso foi a proposição, em 2007, do Projeto de Lei nº 120/07, com o objetivo de instituir a música "Rio Doce", de autoria do cantor e compositor Zé Geraldo, como o Hino Oficial do município. Embora aprovado na Câmara de Vereadores, em 03 de junho de 2007, o Prefeito Municipal à época não sancionou a referida Lei.

terá qualquer memória de atividades no rio. Para ela, somente a limpeza do rio seria a solução para a vida voltar ao normal.

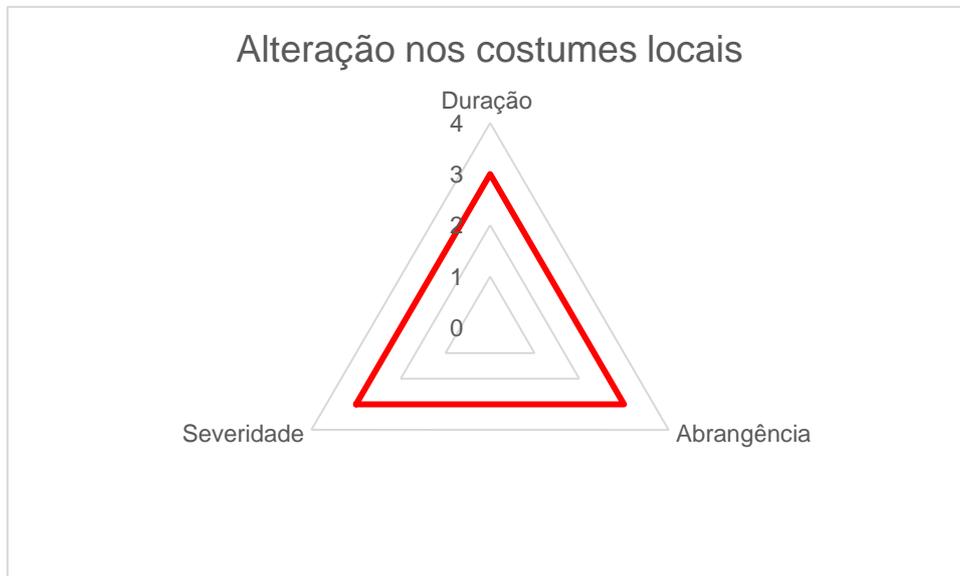
As Comunidades de Baguari, Ilha Brava e Derribadinha se mostraram particularmente impactadas pela contaminação das águas do rio Doce. Em depoimentos coletados em campo, moradores locais afirmaram ter havido alterações expressivas/ radicais nos hábitos locais, em particular da extinção dos rituais de batismo evangélico. Também se ressentem da manutenção de muita lama em seus terrenos particulares, sem ter havido qualquer intervenção local para sua mitigação e recuperação. A reivindicação prática acena para a urgência de interromper a saída da lama em sua origem, de reflorestar as nascentes e esperar o tempo agir.

Outra importante alteração nos costumes locais se refere à frequência e a socialização na tradicional Feira de Artesanato municipal, realizada nas manhãs de domingo⁴³. Com o rompimento da barragem de Fundão e o decorrente problema de abastecimento de água no município, apurou-se ter havido queda estimada em 40% no número de visitantes e na receita dos feirantes e de aproximadamente 30% no número de empregos diretos e indiretos gerados pela atividade.

Trata-se, portanto, de um impacto de natureza negativa (IN), diretamente decorrente do Evento de rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (ID), de abrangência municipal (3) e longa duração (2). Avalia-se a sua severidade como média-alta (3), em razão de ter promovido significativas modificações das práticas sociais cotidianas.

⁴³ <http://www.univalenews.com/?p=3878#sthash.0Y33ronG.dpuf>

Gráfico 11 Alteração de costumes locais



Fonte: Expressão Sociomambiental, 2016

Consideradas as abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo.

5.2.7 Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais Destinados a Práticas Esportivas

Conforme exposto na seção de diagnóstico deste relatório, Governador Valadares possui expressivo e diversificado número de equipamentos sociais destinados às práticas esportivas.

Nas pesquisas de campo realizadas em dezembro de 2016 e janeiro de 2017 apurou-se que todos os equipamentos de esporte e lazer inventariados no município receberam, conforme relato de seus gestores, em entrevista, o mesmo tipo de impacto em suas estruturas: “água imprópria para consumo e/ou falta de água”. Em decorrência, relataram os entrevistados, registrou-se queda de aproximadamente 20% de visitação e uso desses

equipamentos após o Evento. Os gestores de alguns dos equipamentos de esporte informaram que no período em que o problema de abastecimento e qualidade da água se mostrou mais crítico, a queda de visitantes foi até maior. Todavia, em alguns desses equipamentos, segundo seus respectivos gestores, o número de visitantes encontra-se normalizado.

Face ao problema, alguns desses equipamentos de esporte passaram a comprar água para os funcionários ou perfuraram poço artesiano para suprir a demanda de funcionamento do equipamento.

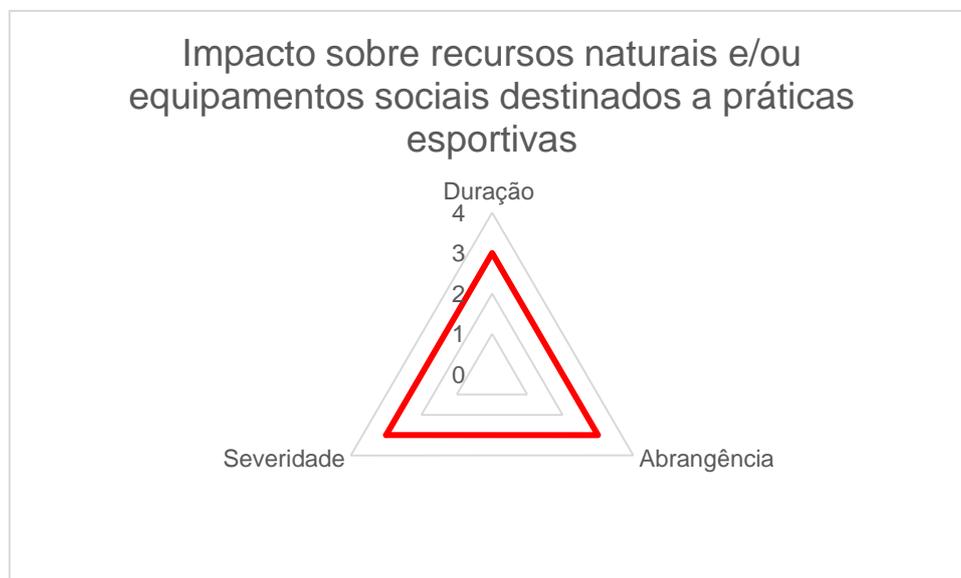
As pesquisas de campo possibilitaram apurar que o Clube SESI, espaço de sociabilização e prática esportiva, foi fechado. Isso porque o referido equipamento já apresentava problemas de manutenção antes do Evento e, com o problema da falta de água, a situação se agravou.

Outras situações ilustram os impactos recebidos pelos equipamentos esportivos locais. De a gestora municipal entrevistada, a Praça de Esportes, que atende a 700 alunos, teve a suas atividades canceladas temporariamente. Além disso, clubes utilizados por esportistas, bem como pela população em suas atividades de lazer e sociabilização, tiveram suas atividades suspensas.

Além dos equipamentos destinados às práticas esportivas e de lazer, a contaminação das águas do rio Doce prejudicou o desenvolvimento dos Esportes Náuticos e da Pesca no município. O rio Doce era muito utilizado para a prática de Canoagem, Jet-Ski, Pesca Amadora e Esportiva e Surf de rio e, após o Evento, essas atividades não foram mais realizadas.

Trata-se, portanto, de impacto de natureza negativa (IN), diretamente decorrente do rompimento da barragem de Fundão (ID), de abrangência municipal (3) e longo prazo de duração (3). Considerando que o Evento afetou expressivamente diversos equipamentos e estruturas esportivas e de lazer existentes no município, alterando por conseguinte o cotidiano comunitário relativo ao lazer e ao esporte, avalia-se como média-alta a severidade deste impacto (3).

Gráfico 12 Impacto sobre recursos naturais e/ou equipamentos sociais destinados a práticas esportivas



Fonte: Expressão Sociomambiental, 2016

Consideradas a abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo.

5.2.8 Alteração no Calendário Esportivo do Município

Nas pesquisas de campo e em fontes de dados secundários apurou-se que a Prefeitura Municipal de Governador Valadares realizava diversos eventos esportivos e de lazer, destinados à população local e a turistas: ciclismo, corrida, canoagem, voo livre, futebol, dentre outros.

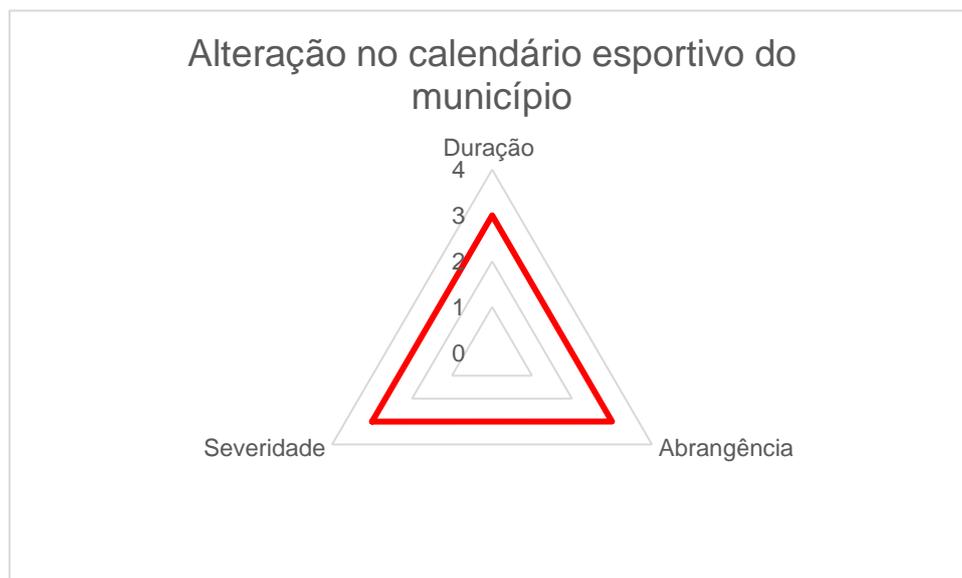
Todavia, em decorrência do Evento e da contaminação das águas do Rio Doce, o calendário esportivo municipal foi alterado. Conforme relatou a gestora municipal entrevistada, as etapas do Campeonato Mineiro e do Campeonato Brasileiro de Canoagem, realizadas no rio Doce, foram canceladas. Além disso, praticantes de ciclismo ficaram por um período impossibilitados de treinar devido à falta de água no município e,

por essa razão, não conseguiram alcançar o índice necessário para participar de competições externas.

Não foram relatadas medidas mitigatórias ou compensatórias do impacto sobre o calendário esportivo municipal.

Portanto, o Evento de rompimento da barragem de Fundão impactou negativa (IN) e diretamente o calendário esportivo municipal (ID). Trata-se de impacto de abrangência municipal (3) e passível de mitigação a longo prazo (3). Face à redução parcial da realização/sediamento de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município, considera-se média (2) a severidade do impacto em questão.

Gráfico 13 Alteração no calendário esportivo do município



Fonte: Expressão Sociomambiental, 2016

Consideradas as abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como significativo.

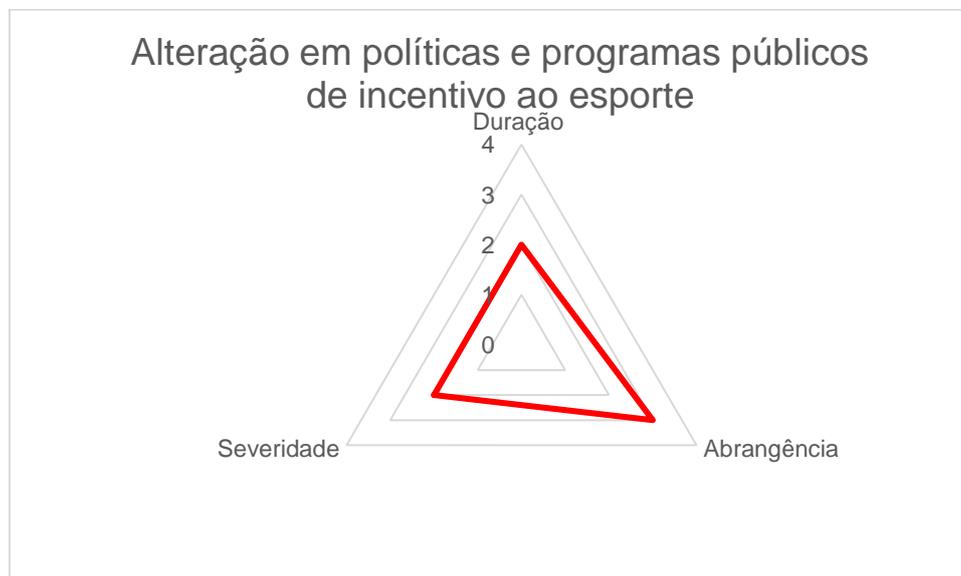
5.2.9 Alteração em Políticas e Programas Públicos de Incentivo ao Esporte

Conforme relatou a gestora municipal entrevistada o Evento gerou entre os seus efeitos indiretos, uma contribuição para diminuição na receita financeira da Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Os diversos impactos nas atividades econômicas locais em razão da interrupção no abastecimento e da piora na qualidade da água distribuída pelo SAAE-GV⁴⁴ afetaram a arrecadação do município e, por conseguinte, a sua condição de investir em programas e projetos de esporte e lazer.

Trata-se de um impacto de natureza negativa (IN), indiretamente decorrente do Evento de rompimento da barragem de Fundão (II), de abrangência municipal (3) e passível de mitigação em médio prazo (2). Avalia-se, pois, como média (2) a severidade deste impacto, considerando ter havido alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas.

⁴⁴ O SAAE tem como Missão: Garantir o fornecimento de água potável, com qualidade e quantidade, e realizar o tratamento do esgoto sanitário, promovendo qualidade de vida com responsabilidade social e ambiental, no município de Governador Valadares-MG. http://www.saaegoval.com.br/Materia_especifica/6502/Missao. Acessado em 15/02/2017.

Gráfico 14 Alteração em políticas e programas públicos de incentivo ao esporte



Fonte: Expressão Sociomambiental, 2016

Consideradas as abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como significativo.

5.2.10 Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao Lazer

O cotidiano comunitário relativo ao lazer está diretamente ligado aos espaços de sociabilização disponíveis no município. Conforme exposto na seção de diagnóstico deste relatório, Governador Valadares dispõe de expressiva estrutura de equipamentos destinados a práticas esportivas e de lazer – clubes, praças, pistas de caminhada, campos de futebol, quadras poliesportivas, parques, dentre outros – e de recursos naturais passíveis de utilização para fins esportivos e de lazer, a exemplo do Pico do Ibituruna e do próprio rio Doce, que abrigava atividades de contemplação, canoagem, jet sky, surf de rio, pesca esportiva amadora, dentre outras. A prática dessas atividades integrava o cotidiano comunitário de parcela expressiva da população valadarense. Todavia, com o Evento e a consequente contaminação do rio Doce, ocasiando problemas

de abastecimento de água, a prática de parte considerável dessas atividades ficou impossibilitada.

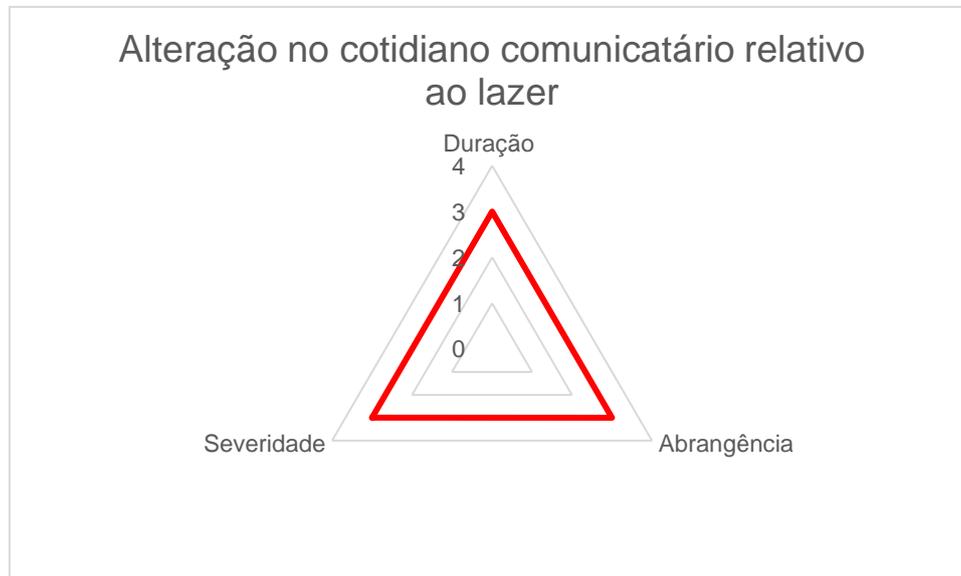
Dentre as atividades ora descritas destaca-se a pesca amadora como uma das principais atividades de lazer do município, atraindo inclusive pessoas da região. As drásticas alterações na biota aquática por consequência do despejo dos rejeitos da barragem de Fundão provocaram grande mortandade de peixes e deposição de grande quantidade de resíduos na calha do rio e imediações. Com efeito, a pesca esportiva amadora ficou impossibilitada.

Em entrevista, moradores de comunidades ribeirinhas relataram que a atividade de pesca cessou completamente com o Evento e que passado um ano do ocorrido pouquíssimas pessoas se arriscam a retomar a atividade de pesca. Foi informado que o turismo de pesca, aquele exercido por pescadores residentes em outros municípios, não é mais praticado na região. O maior receio é que os peixes estejam contaminados com metais pesados advindos do rejeito da barragem rompida. Além disso, a pequena presença de peixes sobreviventes não atrai pescadores.

Embora a pesca estivesse proibida à época das pesquisas de campo, em função do período de Defeso – Portaria IEF 155/2011 e da Portaria IEF nº 78/2016, observaram-se alguns pescadores em atividade no rio Doce e no rio de Peixe. Naquela ocasião, os pescadores relataram que os peixes capturados se apresentavam “desbotados” e se restringiam a poucas espécies.

Face ao que se expôs avalia-se tratar-se de um impacto de natureza negativa (IN), diretamente decorrente do Evento de rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (ID), de abrangência municipal (3), e longo prazo de duração (3), considerada a sua extensão às diversas modalidades e tipos de atividades de lazer praticados no município. Considerando que houve expressiva alteração no cotidiano comunitário relativo ao lazer avalia-se a severidade do impacto em tela como média-alta (3).

Gráfico 15 Alteração no cotidiano comunitário relativo ao lazer



Fonte: Expressão Sociomambiental, 2016

Consideradas as abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo por estas características como muito significativo.

5.2.1 Impacto sobre comunidades

Em Governador Valadares há três comunidades que possuem estreita relação com o Rio Doce: Ilha Brava, Derribadinha e Baguari. Em razão da proximidade e dos usos e relações socioeculturais e econômicos estabelecidos com rio, as referidas comunidades foram impactadas em seus costumes e práticas cotidianas.

5.2.1.1 Ilha Brava

Conforme exposto no diagnóstico, o rio Doce é parte marcante do cotidiano de Ilha Brava. Para os moradores dessa comunidade, o rio é lugar de contemplação, lazer e desenvolvimento de atividades de subsistência. Dentre as atividades de lazer destacam-

se a natação, a prática de jet-ski e a pesca, que também se constitui em atividade de subsistência para algumas famílias. Nas águas do rio Doce, moradores da comunidade também realizam batismos evangélicos e lavam roupas. Lavar roupa na beira do rio é uma tradição na comunidade. Todavia, esta atividade é também exercida na perspectiva da geração de renda, por um grupo de mulheres associadas que lavam trouxas de roupa “para fora”.

A comunidade dispunha ainda de bar localizado à margem do rio, o qual recebia em média aproximadamente 100 turistas por fim de semana, além de se constituir em ponto de encontro de moradores.

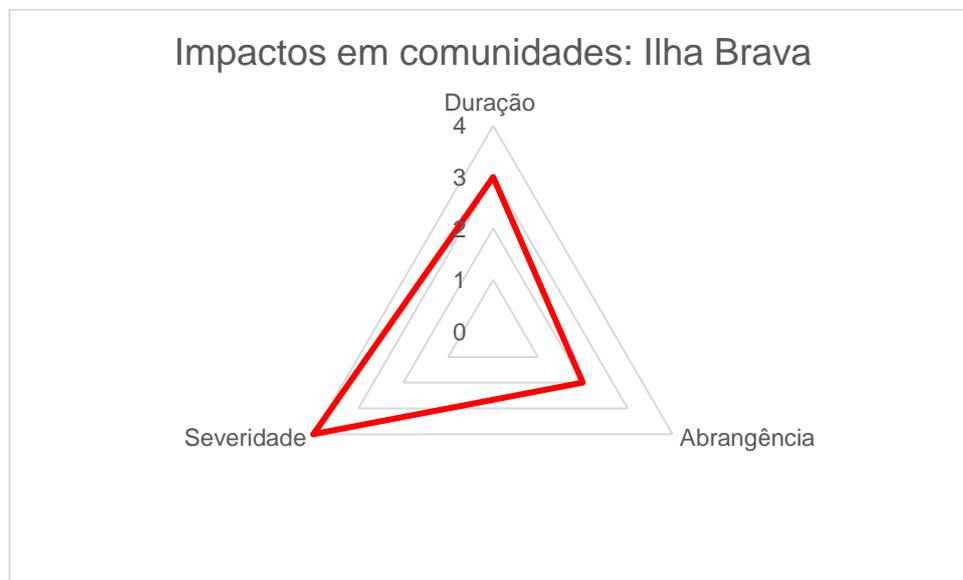
Com o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão e a conseqüente contaminação das águas do Rio Doce, os usos e relações socioculturais e econômicas dos moradores de Ilha Brava com o rio foram severamente alterados: a pesca e demais atividades de lazer não são mais praticadas, assim como foram interditados os batismos religiosos, a lavagem de roupas e o funcionamento do bar, cujas estruturas da edificação foram abaladas, sendo a mesma destruída.

A interdição dos usos do rio representa, pois, alterações de costumes da comunidade e, para além, disso interferências em sua historicidade, dada a sua importância na organização espacial, temporal e econômica dos moradores. Isso porque os fatores de vinculação com o rio Doce e, com efeito, de construção da identidade comunitária foram alterados. Expressão disso é o relato de uma moradora entrevistada: “o rio está morto”, ao que se segue a lamentação de que a sua neta não terá memórias do rio, assim como ela e seu filho o tem.

A entrevistada informou ainda que alguns moradores precisaram deixar suas casas por causa do despejo de lama, o que certamente inferiu nas relações sociais estabelecidas na comunidade.

Avalia-se que a comunidade de Ilha Brava foi diretamente impactada (ID) pelo Evento de rompimento da barragem de rejeitos de Fundão; impacto esse que se configura como de natureza negativa (IN), longo prazo (3) e alta severidade (4), uma vez que produziu alterações radicais em práticas sociais cotidianas.

Gráfico 16 Impactos em comunidades: Ilha Brava



Fonte: Expressão Sociomambiental, 2016

Consideradas a abrangência e a severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo.

5.2.1.2 Derribadinha

Em razão da proximidade, o rio Doce se constitui em elemento determinante na organização espacial e temporal da comunidade, integrando efetivamente o cotidiano de seus moradores em atividades subsistência e lazer.

O rio Doce é para os moradores de Derribadinha lugar de contemplação, pesca, nado, realização de ritos religiosos, a exemplo de batismos evangélicos, prática de esporte. Apurou-se que a pesca de lazer atraía expressivo fluxo de turistas, o que fomentava a economia local.

Dentre as práticas cotidianas dos moradores também se inclui o futebol em campo gramado, realizada em campo localizado em uma chácara local.

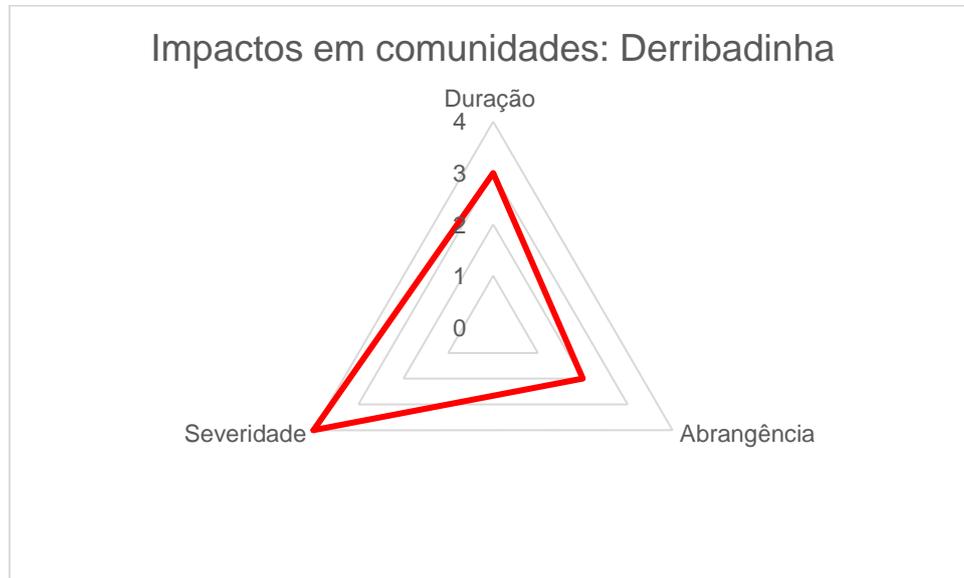
Com o Evento e a consequente contaminação das águas do rio Doce, costumes e tradições dos moradores da comunidade de Derribadinha foram severamente afetados, sendo interrompidos ou alterados. A pesca, bem como as atividades de lazer nas estruturas existentes nas imediações do rio foram paralisadas; do mesmo modo o banho e os ritos religiosos não puderam mais serem realizados nas águas. O futebol praticado no campo da chácara foi prejudicado, tornando-se impraticável nos dias que chovem.

Por fim, com a diminuição das atividades turísticas relacionadas à pesca amadora esportiva, moradores da comunidade precisaram buscar alternativas de sobrevivência na cidade, interferindo nos arranjos e relacionamentos sociais locais.

Na visão de moradores entrevistados, faz-se necessário adotar como medidas mitigadoras dos impactos ora descritos: a vedação do local de onde sai o barro, reflorestar as nascentes e esperar o tempo agir.

Tem-se, pois, um impacto de natureza negativa (IN), diretamente decorrente do Evento de rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (ID), de longo prazo de duração (3) e alta severidade (4), uma vez que produziu alterações radicais em práticas sociais cotidianas.

Gráfico 17 Impactos em comunidades: Derribadinha



Fonte: Expressão Sociomambiental, 2016

Consideradas a abrangência e a severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo.

5.2.1.3 Baguari

Assim como nas demais comunidades lindeiras ao rio Doce, em Baguari o referido rio se constitui em um elemento importante na organização espacial e temporal de Baguari.

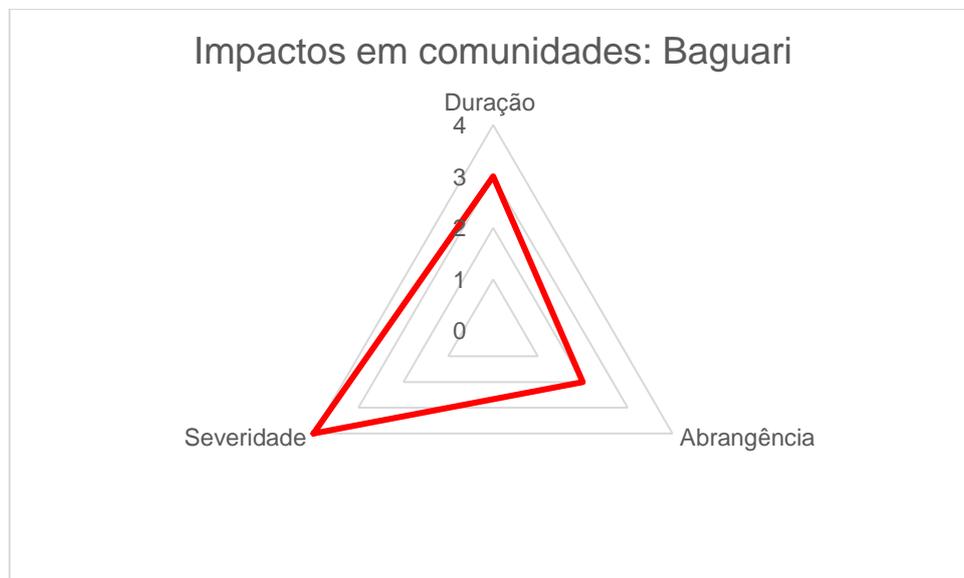
Ao longo da história de formação da comunidade, o rio Doce foi integrado ao cotidiano da população, sendo utilizado em atividades de lazer, tais como pesca, natação, caiaque e contemplação. Os seus atributos naturais geravam expressivo fluxo de visitantes, fomentando o turismo local.

Todavia, em decorrência da contaminação das águas do rio Doce pelos rejeitos da barragem de Fundão, o cotidiano da comunidade foi severamente afetado em função da alteração ou interdição de costumeiras e tradicionais práticas sociais. A pesca, a natação, e os passeios de caiaque foram paralisados em razão da poluição da água do rio Doce.

Por sua vez, a visitação de tuistas diminuiu abruptamente face à alteração da paisagem e a impossibilidade do uso da água em atividades de lazer.

Conclui-se que a comunidade de Baguari foi diretamente impactada (ID) pelo Evento de rompimento da barragem de rejeitos de Fundão; impacto esse que se configura como de natureza negativa (IN), longo prazo (3) e alta severidade (4), uma vez que produziu alterações radicais em práticas sociais cotidianas.

Gráfico 18 Impactos em comunidades: Baguari



Fonte: Expressão Sociomambiental, 2016

Consideradas a abrangência e a severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo.

Tabela 18 Planilha de identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento	Publicações de matérias jornalísticas e de estudos acadêmicos que impactam negativamente e a imagem do município.	IN	II	2	3	3	3	Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
	Impacto sobre atrativos turísticos	Contaminação das águas do Rio Doce e deposição de	IN	ID	3	4	3	4	Recuperação da Estrutura Afetada e Monitoramento dos Impactos das	1	1	1

		resíduos em suas margens								Obras de Recuperação			
										Requalificação Ambiental			
	Impacto econômico no setor turístico - meios de hospedagem	Diminuição de clientes, de receita e de postos de trabalho em meios de hospedagem	IN	ID	3	3	3	3	3	Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
										Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão da política municipal de turismo			
	Impacto econômico no setor turístico – alimentos e bebidas	Diminuição de clientes, de receita e de postos de trabalho em estabelecimentos do segmento de alimentos e bebidas	IN	ID	3	3	3	3	3	Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
										Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão da política municipal de turismo			
	Impacto econômico no setor turístico - eventos	Cancelamento de eventos, diminuição de clientes, de	IN	ID	1	3	2	2	2	Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1

		receita e de postos de trabalho em empreendimentos do segmento de eventos								Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão da política municipal de turismo			
	Impacto econômico no setor turístico – serviços de transporte turístico	Cancelamento de serviços, diminuição de clientes, de receita e de postos de trabalho em empreendimentos do segmento de transporte turístico	IN	ID	1	3	2	2		Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
	Impacto econômico no setor turístico – agência de turismo	Cancelamento de serviços, diminuição de clientes, de receita e de postos de trabalho em empreendimentos do segmento de agenciamento turístico.	IN	ID	1	3	2	2		Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
	Impacto ambiental e na paisagem	Alteração da paisagem	IN	ID	3	3	3	3		Requalificação Ambiental	1	1	1

		formada pelo Rio Doce na zona urbana de Governador Valadares										
Cultura	Alteração de Costumes Locais	Alterações na relação espaço-tempo da população em razão da impossibilidade e de usos do Rio Doce em atividades socioculturais e econômicas.	IN	ID	3	3	3	3	Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade	1	1	1
	Alteração na Agenda Cultural	Cancelamento do "Valadares Jazz Festival" edição 2016	IN	II	1	2	1	1	Capacitação, Promoção e Fomento Cultural	1	1	1
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais destinados a Práticas Esportivas	Problemas de abastecimento e de qualidade da água servida nos equipamentos sociais destinados a práticas esportivas	IN	ID	3	3	3	3	Recuperação de Estruturas Afetadas e Monitoramento dos Impactos das Obras de Recuperação Revitalização de atividades de esporte e lazer nos municípios e	1	1	1

									comunidades afetados			
	Alteração do Calendário Esportivo	Cancelamento de eventos esportivos em razão da contaminação das águas do Rio Doce e da falta de abastecimento de água potável.	IN	ID	3	3	2	2	Revitalização de atividades de esporte e lazer no municípios e em comunidades afetadas	1	1	1
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas	Diminuição da arrecação financeira do município e da condição de investir em programas e projetos de esporte e lazer.	IN	II	2	3	2	2	Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer	1	1	1
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer	Alteração das práticas de lazer relacionadas ao Rio Doce	IN	ID	3	3	3	3	Revitalização de atividades de esporte e lazer no município e comunidades afetadas Fortalecimento dos Valores	1	1	1

									Comunitários/identidade			
Comunidades	Alteração de costumes na comunidade de Ilha Brava	Alteração e interrupção de práticas sociais cotidianas	IN	ID	3	2	4	3	Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade	1	1	1
	Alteração de costumes na comunidade de Derribadinha	Alteração e interrupção de práticas sociais cotidianas	IN	ID	3	2	4	3	Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade	1	1	1
	Alteração de costumes na comunidade de Baguari	Alteração e interrupção de práticas sociais cotidianas	IN	ID	3	2	4	3	Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade	1	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências



6 Créditos e Referências

Entrevistados no Município

Tabela 19 Listagem de participantes de reunião institucional em Governador Valadares

Nome	Nome do órgão/setor
Evandro dos Santos Costa	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
João Paulo da Rocha Cirne	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer
Marcos Vinicius	Vendedor
Margareth	Cozinheira
Paulino Rodrigues e Nelson Rodrigues	Comerciante

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 20 Equipe técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012.
Disponível

em:<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

BRASIL, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Nº 250, SEXTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2012.
DISPONÍVEL EM:

[HTTP://PESQUISA.IN.GOV.BR/IMPRESA/JSP/VISUALIZA/INDEX.JSP?JORNAL=3&PAGINA=25&DATA=28/12/2012](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=25&data=28/12/2012) , ACESSO EM 12/01/17.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. GOVERNADOR VALADARES [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. GOVERNADOR VALADARES. [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 07/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.



FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

[HTTP://AGENDASFESTAS.BLOGSPOT.COM.BR/2016/05/47-EXPOAGRO-GV-2016-EM-GOVERNADOR.HTML](http://AGENDASFESTAS.BLOGSPOT.COM.BR/2016/05/47-EXPOAGRO-GV-2016-EM-GOVERNADOR.HTML)

[HTTP://ASADOINVENTO.BLOGSPOT.COM.BR/](http://ASADOINVENTO.BLOGSPOT.COM.BR/)

[HTTP://WWW.ACHETUDOEREGIAO.COM.BR/MG/GOVERNADOR_VALADARES/EVENTOS.HTM](http://WWW.ACHETUDOEREGIAO.COM.BR/MG/GOVERNADOR_VALADARES/EVENTOS.HTM)

[HTTP://WWW.FAVELAEISSOAI.COM.BR/COMUNIDADES/](http://WWW.FAVELAEISSOAI.COM.BR/COMUNIDADES/)

[HTTP://WWW.GEVFOLIA.COM.BR/](http://WWW.GEVFOLIA.COM.BR/)

[HTTP://WWW.GUIADABOA.COM.BR/17069-EXPOAGRO-GV-2016/DETAILS.HTML](http://WWW.GUIADABOA.COM.BR/17069-EXPOAGRO-GV-2016/DETAILS.HTML)

[HTTP://WWW.GUIAGERAIS.COM.BR/NOTICIAS/EESTA-CHEGANDO-A-HORA-DA-MAIOR-FESTA-DA-FANTASIA-DE-MINAS-GERAIS/](http://WWW.GUIAGERAIS.COM.BR/NOTICIAS/EESTA-CHEGANDO-A-HORA-DA-MAIOR-FESTA-DA-FANTASIA-DE-MINAS-GERAIS/)

[HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF). VISITADO EM 8/12/16.

[HTTP://WWW.UNIMED.COOP.BR/PCT/INDEX.JSP?CD_CANAL=50472&CD_SECAO=66426&CD_MATERIA=353149](http://WWW.UNIMED.COOP.BR/PCT/INDEX.JSP?CD_CANAL=50472&CD_SECAO=66426&CD_MATERIA=353149)

[HTTP://WWW.VALADARES.MG.GOV.BR/](http://WWW.VALADARES.MG.GOV.BR/)

[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/AGENDAGV/](https://WWW.FACEBOOK.COM/AGENDAGV/)

[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/BANDALIRA30/](https://WWW.FACEBOOK.COM/BANDALIRA30/)

[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/CIAATRASDOPALCO](https://WWW.FACEBOOK.COM/CIAATRASDOPALCO)

[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/FOTOS-ANTIGAS-E-ATUAIS-DE-GOVERNADOR-VALADARES-MG-324319641034891/](https://WWW.FACEBOOK.COM/FOTOS-ANTIGAS-E-ATUAIS-DE-GOVERNADOR-VALADARES-MG-324319641034891/)

[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/MINCMINASGERAIS/PHOTOS/A.541554255921274.1073741828.540061902737176/980793578664004/?TYPE=3&THEATER](https://WWW.FACEBOOK.COM/MINCMINASGERAIS/PHOTOS/A.541554255921274.1073741828.540061902737176/980793578664004/?TYPE=3&THEATER)

[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/PLACES/O-QUE-FAZER-EM-GOVERNADOR-VALADARES/104058689631639/](https://WWW.FACEBOOK.COM/PLACES/O-QUE-FAZER-EM-GOVERNADOR-VALADARES/104058689631639/)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IBGE, 2014. DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD EM [HTTP://BIBLIOTECA.IBGE.GOV.BR/VISUALIZACAO/LIVROS/LIV95013.PDF](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf) E O BANCO DE DADOS EM [HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/ESTATISTICA/ECONOMIA/PERFILMUNIC/CULTURA_2014/DEFAULT.SHTM](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm)

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2017.

ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL – MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES, EXERCÍCIO 2017. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

LEMM – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO. LEIDETEC – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE IDENTIDADES E TECNOCÊNCIA. GIAIA – GRUPO INDEPENDENTE PARA AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL. RIBEIRINHOS DO BAIXO RIO DOCE - RELATÓRIO PRELIMINAR. JANEIRO/ JULHO. Mimeo. 201

[HTTP://BIBLIOTECA.IBGE.GOV.BR/VISUALIZACAO/DTBS/MINASGERAIS/GOVERNADORVALADARES.PDF](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/governadorvaladares.pdf)

LIBÂNIO, CLARICE (ORG.). GUIA CULTURAL DE GOVERNADOR VALADARES – VOLUME I. EDITORA FAVELA É ISSO AÍ E NÚCLEO CIDADE FUTURO, BELO HORIZONTE, 2010.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL GOVERNADOR VALADARES IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM 27.11.2016.

MINAS GERAIS, Fiscalizando com o TCE, disponível em: <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>. Acesso em 20/12/2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:
HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/. ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <<HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/>> ACESSO EM: 26/11/2016

MINISTÉRIO DA CULTURA. GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA OS MUNICÍPIOS: PERGUNTAS E RESPOSTAS. DEZEMBRO DE 2012, DISPONÍVEL EM
<HTTP://BLOGS.CULTURA.GOV.BR/SNC/FILES/2011/01/CARTILHA-SNC.PDF>

PERFIL DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: CULTURA: 2014/IBGE, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2015.

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IBGE, 2014.

PORTAL FISCALIZANDO COM O TCE MINAS TRANSPARENTE.
<HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/>

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL, MINC. RELATÓRIO DE PONTOS DE CULTURA, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23/11/2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: [WWW.VALADARES.MG.GOV.BR](http://www.valadares.mg.gov.br)

SÍTIO LEI ROBIN HOOD. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO [WWW.FJP.MG.GOV.BR/ROBIN-HOOD/](http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/)

SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÃO CULTURAL. PROGRAMA DE BANDAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CADASTRO DE BIBLIOTECAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.